

Relatório

Observatório de Qualidade
Agrupamento de Escolas de Sertão

julho de 2022



EDUCAÇÃO



FICHA TÉCNICA

Título

Relatório Observatório da Qualidade

Autores

Cristina Veríssimo

Isabel Félix

Rosário Inácio

Vanda Marques

Coordenação

Vanda Marques

Capa: Jorge Correia

Índice

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. AUTOAVALIAÇÃO	6
2.1. Desenvolvimento do processo	6
2.2. Consistência e impacto do processo de autoavaliação.....	11
3. RESULTADOS ACADÉMICOS	16
3.1. Percurso uma geração de alunos	16
3.1.1– Pré-escolar e 1º ciclo	16
3.1.2 – 2º e 3º ciclos	17
3.1.3 – Ensino Secundário regular.....	18
3.1.3– Ensino Secundário profissional	19
4. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EDUCATIVO	21
4.1. Práticas de ensino	21
4.2. Monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens	25
5. LIDERANÇA E GESTÃO	29
5.1. Visão estratégica	29
5.2. Mobilização da comunidade educativa.....	32
5.3. Ambiente escolar	35
5.4. Comunicação interna e externa	38
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
6.1. Constrangimentos	42
6.2. Sugestões de melhoria	43
Bibliografia / Referências	45
Anexos.....	46

1. APRESENTAÇÃO

No ano transato (2020/21), a equipa do *Observatório de Qualidade* (OQ), concluiu o trabalho de tratamento e análise de dados, cumprindo o previsto no artigo 6º da Lei nº 31/2002, de 20 de dezembro, isto é, realizou a autoavaliação do AES, ao longo de um ciclo/vigência do órgão de gestão consubstanciado na pessoa do Sr. Diretor José Carlos Fernandes. Reiteramos que o normativo em referência institui de forma clara a avaliação das escolas, abarcando as modalidades externa (assumida pela IGEC - Inspeção Geral de Educação e Ciência) e a interna (autoavaliação) sem, no entanto, estabelecer um modelo para a sua implementação. Nesta sequência, e por forma a respeitar o espírito do sistema de avaliação em causa e a articulação das duas valências (avaliação externa das escolas e interna/autoavaliação), esta equipa tem tomado como ponto de partida e base de trabalho os domínios, campos de análise e referentes considerados pela IGEC, respeitando o *Quadro de Referência relativo ao Terceiro Ciclo da Avaliação Externa das Escolas* (2019) que, particularmente, veio estabelecer como primeiro domínio o que se configura como autorreflexivo concernente à *Autoavaliação*.

Nesta nota introdutória, parece-nos pertinente destacar não só os eixos de sentido em que assenta o trabalho do OQ, conforme temos feito recursivamente, como também esclarecer algumas especificidades atinentes ao relatório que ora se apresenta. Efetivamente, nunca será despiciendo recordar a articulação dos imperativos legais que validam os objetivos deste trabalho e convirá reiterar, aliás, que o produto da análise efetuada ao logo do presente ano pretende ir novamente ao encontro da finalidade crucial desta organização escolar e que corresponderá necessariamente à garantia de uma educação de qualidade (considerando a relação triangular ensino-aprendizagem-avaliação num contexto específico). Em concreto, e repetindo o que afirmámos no passado, *a autoavaliação de uma organização escolar sustenta-se na procura de uma adequação ética que visa a qualidade e o bem-estar da sua comunidade, respeitando a realidade em que se insere, observando os princípios da equidade e inclusão, bem como os atributos de rigor e exatidão. De facto, na recolha de informação que se pretende fiável, abrangente e conducente a conclusões válidas que permitam refletir sobre os*

caminhos traçados e a traçar na análise do grau de qualidade atingido pelo desempenho deste Agrupamento, a meta-avaliação colhe uma importância significativa. Acrescentamos, ainda, que se manteve como objetivo fulcral desta equipa proceder à ponderação sobre o grau de concretização dos objetivos estabelecidos, aferindo se os mesmos foram atingidos de forma adequada e eficaz, cumprindo o seu desígnio amplo de garantir a construção de um percurso que visa a excelência e a superação a todos os níveis.

Finalmente, refira-se que tomámos como fio condutor da presente análise os aspetos correspondentes às fragilidades e pontos críticos apontados nos relatórios anteriores, abarcando os quatro domínios. Esta opção resultou da intenção expressa na análise realizada no domínio da autoavaliação concernente à necessidade de estabelecer uma forma concreta, formal, mas simples e objetiva de monitorização das melhorias, bem como do facto do órgão de gestão estar em fase transitória (CAP) no presente ano letivo, aquando da definição de estratégia/metodologia a adotar pela equipa.

2. AUTOAVALIAÇÃO

2.1. Desenvolvimento do processo

No presente ano, pretendeu-se manter como ponto de focalização da autoavaliação os processos que conduzem aos resultados desejáveis, colocando a aprendizagem e a prestação de um serviço educativo de elevada qualidade no centro da mudança positiva do desempenho da organização escolar que é o AES. Dito de outra forma, e reiterando a postura que tem norteado este trabalho desde a primeira hora, foi assumida a consciência de que só uma Escola que prioriza as aprendizagens de todos os alunos, assumindo uma postura inclusiva, abraçando os desafios que se desenham perante a complexidade da realidade e do devir da sociedade, cumprirá, por um lado, o desígnio de garantir um ensino de qualidade engajado numa matriz humanista, e, por outro lado, assumirá a sua capacidade de autoanálise e autorregulação, com vista à concretização de elevadas metas de sucesso.

Neste sentido, a equipa do OQ procedeu ao tratamento e análise de diferentes dados incidindo a sua observação nos quatro domínios previstos: *Autoavaliação; Resultados Académicos; Prestação do Serviço Educativo; Liderança e Gestão*. Ao longo dos últimos quatro anos foram construídos relatórios anuais concernentes a um domínio *per se*, tendo embora e sempre como princípio fundamental a assunção de uma missão formativa que permitisse sustentar a tomada de decisões que fomentassem e assegurassem o sucesso de todos os alunos, avocando que a capacidade interna para a mudança e a autorregulação são mecanismos indissociáveis dessa finalidade.

Ao longo dos anos em que se desenvolveu este trabalho, foram colocados em evidência os pontos fortes do funcionamento do AES nos diversos domínios, bem como os seus pontos fracos ou constrangimentos, isto é, os campos a priorizar na construção de uma organização capaz de refletir sobre si própria, de se transformar, de agilizar o necessário para atingir a máxima eficácia na concretização do sucesso educativo, na formação dos alunos e na satisfação de todos os implicados. Para tal recorreu a várias fontes documentais: artigos e fontes bibliográficas diversas relacionadas com a avaliação das organizações escolares (cf. referências bibliográficas registadas nos relatórios

anteriores), atas, relatórios, pautas, estatísticas, resultados, documentos estruturantes do Agrupamento, em particular o Projeto Educativo e o Projeto de Intervenção do Diretor, que se completaram com questionários realizados ao pessoal docente, ao pessoal não docente, aos alunos e aos encarregados de educação (atento o domínio em tratamento). Em conclusão, houve sempre o propósito de, respeitando a especificidade do AES, plasmada nos seus documentos estruturantes e na visão da sua comunidade educativa, e considerando os pressupostos legais que informam o paradigma de Escola contemporânea (como o *Perfil dos Alunos à saída da escolaridade obrigatória* concretizado nos Decretos-Lei nº54 e nº 55/2018, de 6 de julho), proceder à autoavaliação desta organização escolar com rigor, transparência e objetividade.

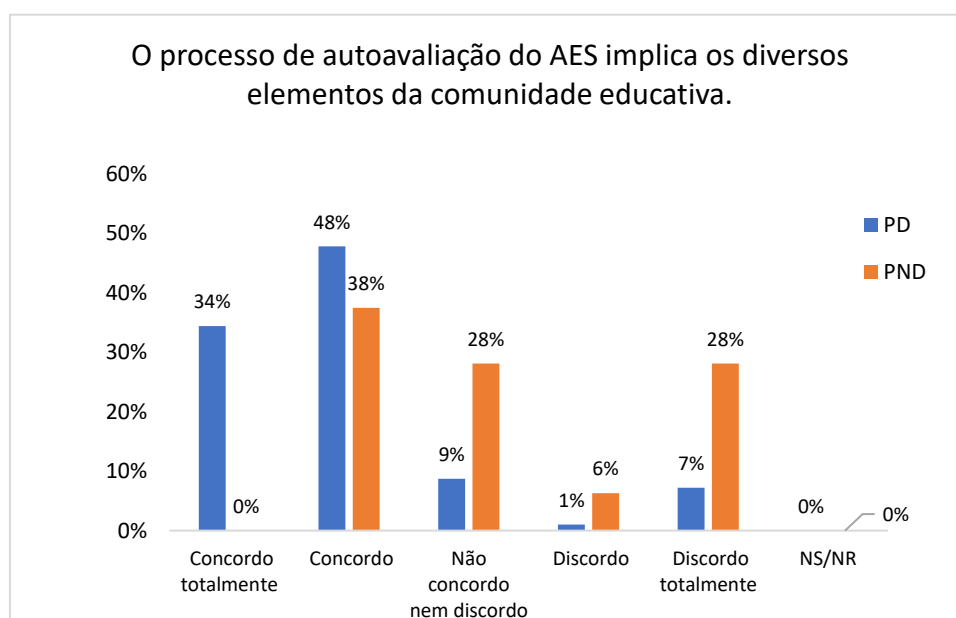
No presente ano, e mantendo o desígnio referido supra e profundamente explanado no relatório relativo ao ano transato (*Módulo IV – Autoavaliação 2020/21*), pretendemos tomar como referência especificamente os pontos críticos fundamentais detetados no contexto dos diversos domínios, tendo sido construídos questionários e entrevistas, dirigidos aos vários setores da comunidade educativa, com vista a um tratamento mais eficaz, consistente, não obstante rigoroso, válido e objetivo dos aspetos apontados como devendo ser alvo de um olhar crítico e objeto de mudança, desde 2017/2018. Recorremos, para tal, ao uso, sempre que possível, de formulários *online*, nomeadamente na auscultação do pessoal docente, não docente e alunos, mantendo o formato em papel para observar opiniões dos encarregados de educação dos alunos que beneficiam de medidas adicionais (ao abrigo do Decreto-Lei nº54/2018, de 6 de julho), atenta a sua especificidade, e uma entrevista presencial às representantes da Associação de Pais (por nos parecer o mais adequado à necessidade de objetivar o seu envolvimento neste processo). Do tratamento dos resultados obtidos foram construídos gráficos que servirão para consubstanciar as observações apresentadas ao longo dos diversos campos que, neste relatório, nos pareceu fundamental abordar.

Consequentemente, quisemos aferir, novamente, a coerência da metodologia utilizada com o objetivo de envolver os diversos setores da comunidade educativa, no processo de autoavaliação do AES.

De acordo com as respostas obtidas pelos inquiridos, e conforme o gráfico apresentado infra, registamos que, embora tenha sido realizada uma reunião em setembro de 2021

com o pessoal não docente, no sentido de clarificar o propósito do trabalho desta equipa e do expectável envolvimento e colaboração destes profissionais, mantém-se a discrepância entre as respostas dos dois universos (PD/PND) com resultados muito similares aos observados no ano transato, e, não obstante a percentagem de 38% no campo que revela concordância, 28% dos inquiridos não docentes situaram a sua resposta no parâmetro relativo à discordância total com a existência de envolvimento no processo em apreço. Consequentemente, será de assinalar esta ocorrência e ponderar as questões que possam justificar tais resultados, visto ter sido mantida uma relação de proximidade entre a equipa do OQ e a comunidade.

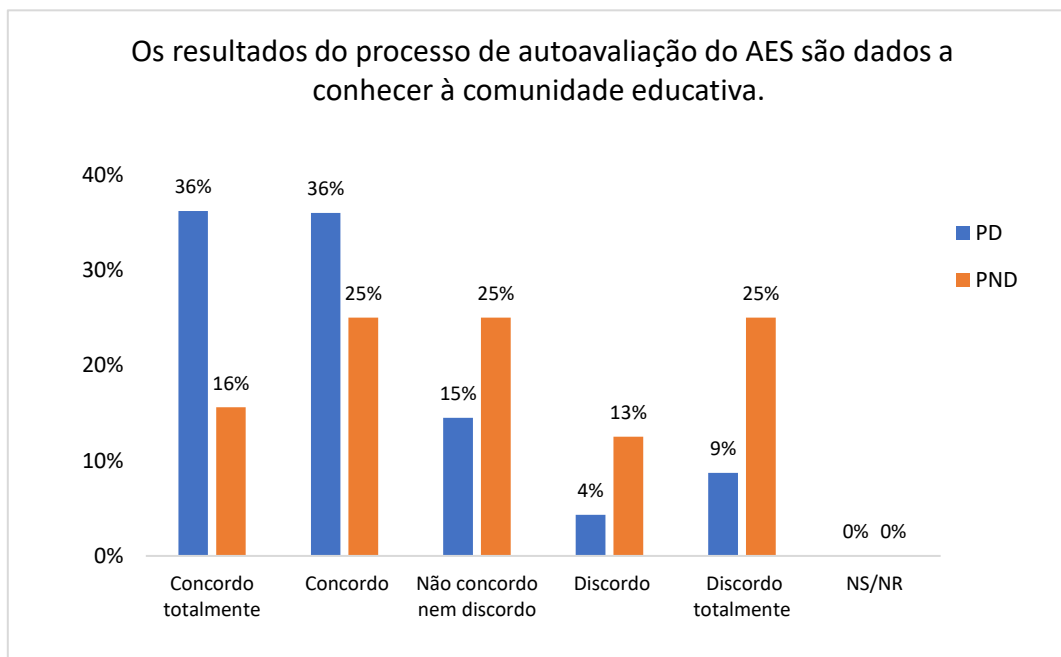
Gráfico 1- Implicação do Pessoal docente e não docente na autoavaliação do AES



Ainda no mesmo âmbito, e no que concerne à tomada de conhecimento dos resultados do processo de autoavaliação do AES, recorda-se que a análise realizada e revelada no relatório relativo ao *Módulo IV – Autoavaliação 20/21* conduziu à conclusão de que uma das fragilidades do AES, passando pela comunicação interna, se manifestava desde logo no contexto da avaliação interna (trabalho do OQ), razão pela qual se efetuaram as reuniões referidas anteriormente, no início do ano, com o pessoal não docente, visto terem menos canais de acesso à informação concernente à autoavaliação, em particular. Contudo, e ainda que tenha sido realizada uma apresentação dos resultados em reuniões presenciais, o que se observa no gráfico 2 (infra) demonstra que a perceção dos inquiridos não sofreu alteração. De facto, a expectativa de que se verificasse uma

mudança significativa e positiva não se regista visto que, se, no ano transato, 20% dos inquiridos não docentes discordava totalmente da existência de mecanismos de acesso à informação, neste momento são 25% das respostas que se situam nesse patamar. No atinente ao pessoal docente, cerca de 9% manifesta total discordância, mas mais de 50 % dos inquiridos (cerca de 72% se juntarmos as respostas que incidiram nos parâmetros “concordo” e “concordo totalmente”) reconhece tomar conhecimento dos resultados da autoavaliação desta organização escolar, o que aliás vai ao encontro do expectável atendendo ao funcionamento dos diversos órgãos e estruturas intermédias do AES (cf. análise no ano transato).

Gráfico 2- Comunicação dos dados da autoavaliação à comunidade educativa



Ainda neste subponto, é de salientar que a aferição da forma com o processo de autoavaliação tem decorrido implica, necessariamente, a observação da maneira como após o tratamento dos dados, obtidos a partir dos contributos dos vários setores da comunidade educativa, estes são postos a circular e sujeitos a uma conseqüente análise que possa assegurar a validade e pertinência da própria autoavaliação do AES. Assim, colocámos novamente a questão relativa à existência de momentos de reflexão acerca dos resultados do processo de avaliação interna desta organização escolar. As respostas

obtidas estão espelhadas no gráfico 3 (infra) que permite tecer algumas considerações, indo ao encontro das observações anteriores.

Gráfico 3- Reflexão dos dados da autoavaliação pela comunidade educativa

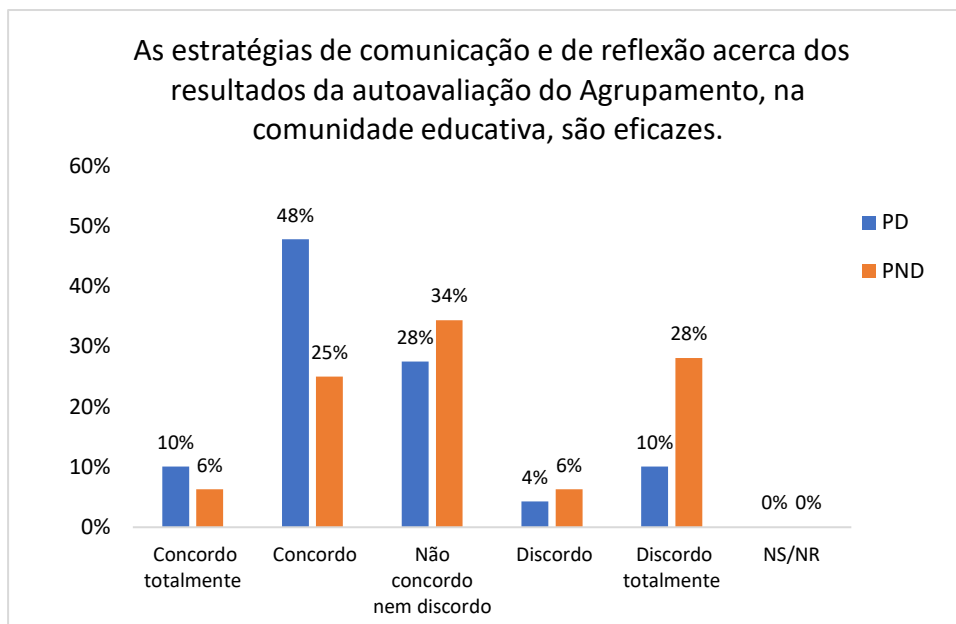


Com efeito, a percentagem de discordância total (31%) no universo do pessoal não docente é avassaladora, embora coerente com a questão analisada no gráfico 2, vindo clarificar que, se a tomada de conhecimento dos dados do OQ não ocorre como deveria, menos ainda se verifica a análise dos dados em apreço. No que concerne ao pessoal docente, a concordância significativa no concernente à existência de uma reflexão formal ou orientada acerca dos resultados da autoavaliação é uma ocorrência esperada, visto que tal leitura analítica dos relatórios produzidos por esta equipa é assunto que consta da agenda das estruturas em que os docentes participam de facto (SCAD/Departamento) e não apenas naquelas em que têm assento os seus representantes (como no CT ou CG), contrariamente ao que acontece com o pessoal não docente.

Em conclusão, existe necessariamente um constrangimento ao nível dos mecanismos de comunicação/reflexão daquilo que é registado em sede de autoavaliação interna, facto que é particularmente pertinente e expressivo no universo do pessoal não docente e que tem vindo a melhorar ao longo do tempo no concernente ao pessoal docente, como

se pode verificar no seguinte gráfico de carácter aglutinador e atinente à eficácia global das estratégias de comunicação e reflexão dos relatórios do OQ , questão que será aprofundada no quinto ponto a tratar.

Gráfico 4- Eficácia das estratégias de comunicação/reflexão dos resultados da autoavaliação



2.2. Consistência e impacto do processo de autoavaliação

Na sequência da última questão em análise atinente ao desenvolvimento do processo em si, pretendemos observar o grau de consistência do mesmo ao contexto, bem como o seu impacto. Com efeito, a importância do processo de autoavaliação e a forma como este se constitui como um instrumento importante na construção de mudança e no garante de qualidade das Escolas é inquestionável e unanimemente aceite. Caberá, assim, neste momento, reforçar que, desde a primeira hora, o funcionamento do OQ do AES esteve alinhado com a especificidade desta organização escolar, com a visão estratégica do seu Diretor e, necessariamente, com os documentos estruturantes que refletem o carácter próprio do AES e assumem a existência da estrutura/equipa *Observatório de Qualidade* (cf. Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas da Sertã, páginas 30 e 31/94). Sendo certo que este aspeto ficou claramente explanado no

relatório do ano transato em que foi tratado o domínio da *Autoavaliação* especificamente, pareceu-nos importante verificar, no presente, como se posiciona a comunidade educativa relativamente à forma como os aspetos colocados em evidência pelos relatórios do OQ são tomados como pontos de partida para efetivas mudanças, nesta organização escolar.

Assim, colocámos uma sequência de questões ao pessoal docente e não docente visando constatar, numa lógica do geral para o particular, se os relatórios decorrentes da autoavaliação tiveram impacto na melhoria da organização do AES, particularmente nas práticas educativas e resultados dos alunos e, mais especificamente ainda, nas práticas desenvolvidas no âmbito da Educação Inclusiva. Os resultados decorrentes dos questionários aplicados verificam-se nos gráficos que, seguidamente, se apresentam (gráficos 5, 6 e 7).

Gráfico 5- Impacto dos relatórios de autoavaliação na melhoria da organização do AES

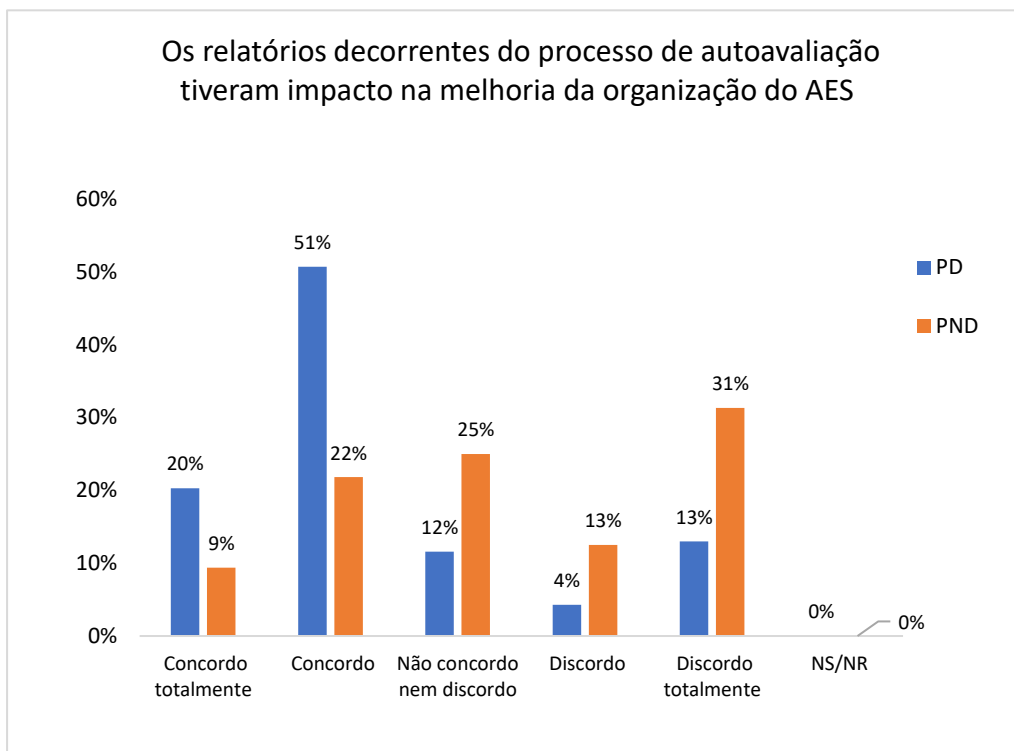


Gráfico 6- Impacto dos relatórios de autoavaliação na melhoria das práticas educativas e resultados dos alunos

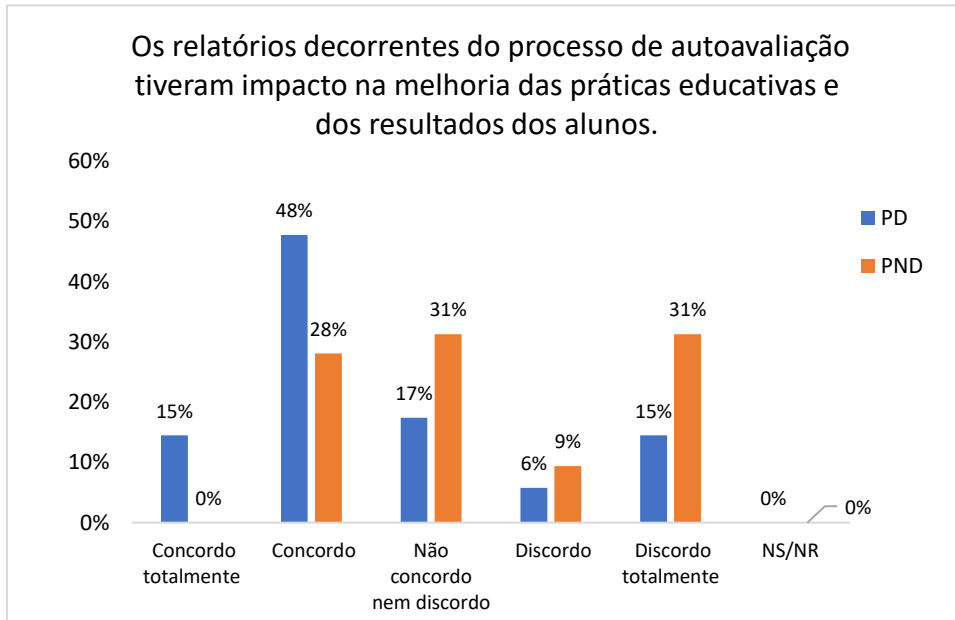
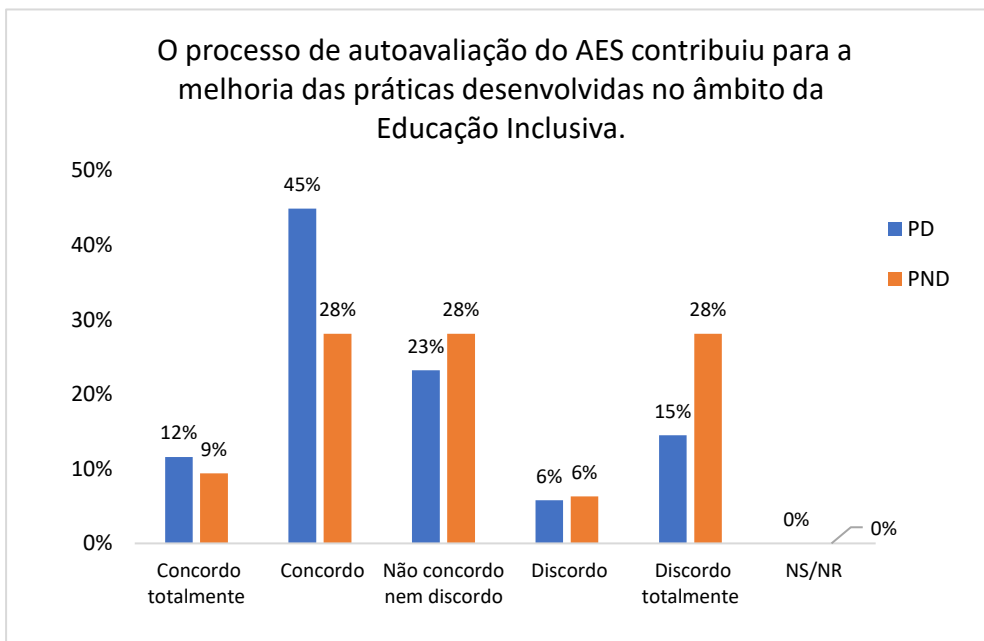


Gráfico 7- Impacto do processo de autoavaliação na melhoria das práticas desenvolvidas no âmbito da Educação Inclusiva



Da observação dos gráficos supra, as conclusões imediatas que emergem estão alinhadas com a tendência verificada anteriormente no respeitante à forma como os dois universos em apreço (PD e PND) se posicionam relativamente à autoavaliação do AES, dito de outra forma, se no caso do posicionamento do pessoal docente existe uma assunção de que os relatórios do OQ e todo o processo em causa têm tido impacto na melhoria da organização do AES, no universo do pessoal não docente, o posicionamento é diametralmente oposto, situando-se um número considerável de respostas (entre os 28 e os 31%) no patamar correspondente à discordância total de existência de impacto ou pelo menos de uma exígua noção da relação existente entre a tomada de decisões ou mudanças eventualmente efetuadas pelo órgão de gestão e o trabalho do OQ. De salientar que no respeitante à especificidade da ligação entre a autoavaliação e as práticas educativas, em particular, pela sua especificidade, justificará, também, que se verifique uma percentagem de respostas na zona de não compromisso (“não concordo nem discordo”).

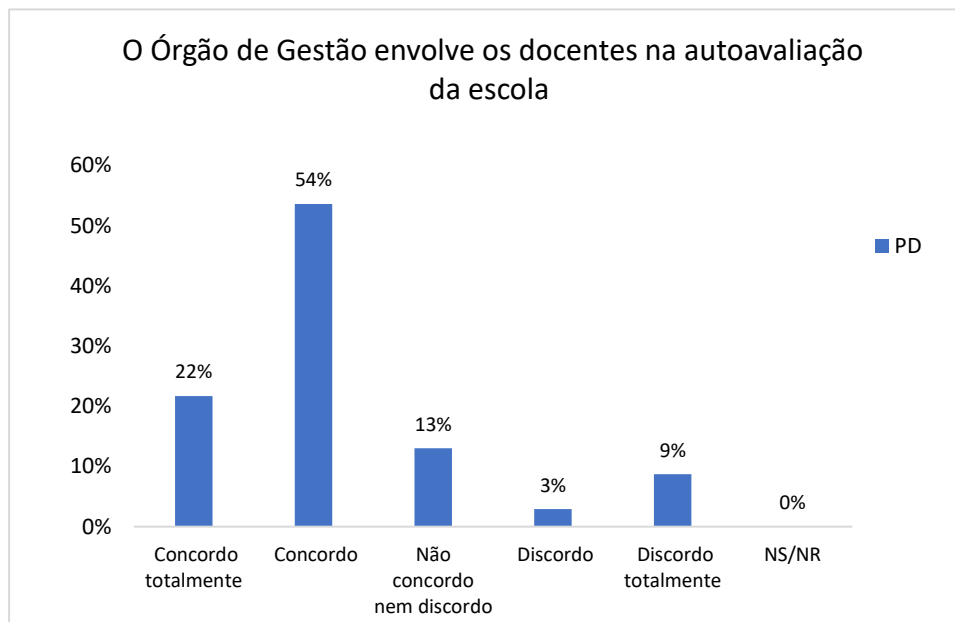
Posição semelhante é a assumida pelas representantes da Associação de Pais do AES que, questionadas acerca das evidências da autoavaliação na melhoria desta organização, afirmaram não reconhecer essa ligação, não obstante a reconhecida pertinência do processo de avaliação interna (cf. resposta à questão 8 do *Guião de Entrevista Realizado Presencialmente à Presidente da Associação de Pais*).

Em síntese, no campo em análise, se por um lado emerge evidente o distanciamento que existe entre o processo de autoavaliação e a perceção do impacto do mesmo no que respeita ao pessoal não docente (a que não será alheio um constrangimento relativo aos processos de comunicação, conforme se analisará no ponto 5 deste relatório), a concordância significativa do pessoal docente, necessariamente mais implicado na articulação entre as sugestões de melhoria e a agilização de medidas ou de tomadas de decisão com impacto na sua prática, apontam para um caminho de progresso e mudança positiva, bem como se constituem como um sinal inequívoco de que o AES estará a traçar o caminho que irá no sentido de se assumir como uma organização que tem o foco no sucesso dos seus alunos, na sua especificidade e diversidade, no garante da realização de aprendizagens articuladas com o desenvolvimento de competências

que promovam e assegurem a formação de cidadãos ativos e preparados para o devir da realidade contemporânea.

Implicado nesta articulação há a assinalar o reconhecimento efetuado pelo pessoal docente no que respeita ao seu envolvimento no processo de autoavaliação e, conseqüentemente, no assegurar de que o AES poderá traçar um percurso no sentido da melhoria contínua do serviço que presta. A demonstrar esta perspetiva será de considerar o gráfico 8 (infra) que espelha o posicionamento dos docentes relativamente ao seu envolvimento no processo e em que se verifica que 54% manifesta concordância (total em 22% das respostas rececionadas).

Gráfico 8- Envolvimento dos docentes na autoavaliação pelo Órgão de Gestão



3. RESULTADOS ACADÉMICOS

3.1. Percurso uma geração de alunos

3.1.1– Pré-escolar e 1º ciclo

Pré-escolar

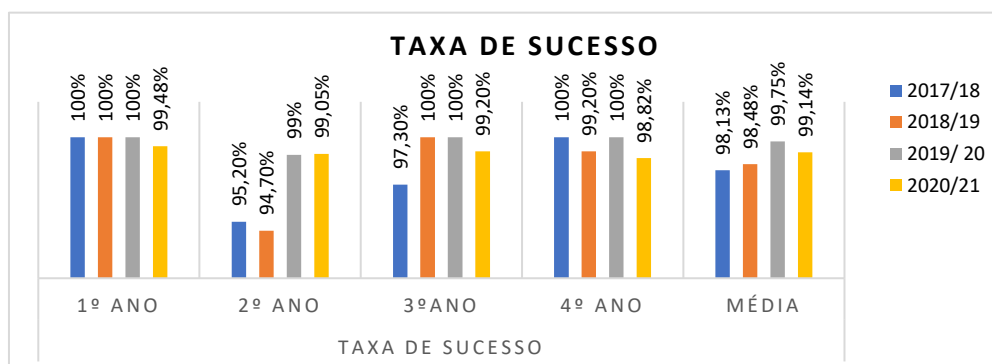
De acordo com a auscultação realizada à Coordenadora deste nível de ensino, foram colhidas observações pertinentes que, seguidamente, se dão por reproduzidas.

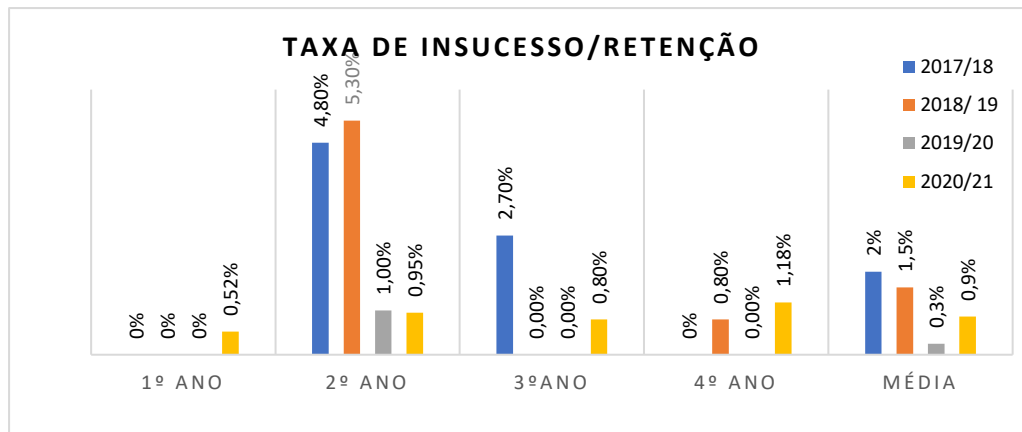
Na educação pré-escolar, ao longo do triénio 2017/2021, verificou-se haver progressos nas aprendizagens em todas as crianças, nas três áreas do desenvolvimento: Formação Pessoal e Social, Expressão e Comunicação e Conhecimento do Mundo. No entanto, ao longo dos anos, aumentou progressiva e significativamente o número de crianças com necessidades de apoio do SNIPI a vários níveis. Salienta-se a área da linguagem em que, efetivamente, obtiveram progressos gerais, contudo o número de crianças com problemas vários de linguagem é cada vez maior e os recursos que existem não são suficientes para colmatar as dificuldades.

Pudemos ainda verificar, devido à pandemia e ao isolamento a que as crianças estiveram sujeitas, a existência de alguns comportamentos e atitudes que tiveram que ser recuperados, trabalhados no retomar das atividades letivas, nomeadamente os relacionados com a convivência democrática e a cidadania, com ligeiros problemas (saber ser, saber estar, interação social...), dificuldades na autonomia, no poder de atenção/concentração e no empenho, assim como incapacidade de cumprir normas de distanciamento social.

1º ciclo

Neste nível de ensino, esta equipa rececionou dados fornecidos pela Coordenadora respetiva que encaminhou os seguintes gráficos:





A Coordenadora do 1º ciclo referiu a propósito dos dados em análise que *ao longo destes quatro anos, no 1º ciclo a média do sucesso foi sempre superior a 98%, assumindo uma tendência crescente, que foi ligeiramente invertida nos anos 19/20 – 20/21. Além disso sobressai como constante a menor taxa de sucesso no 2º ano de escolaridade, excetuando o ano de 20/21 em que a mesma se verificou no 4º ano de escolaridade.*

3.1.2 – 2º e 3º ciclos

Nestes níveis de ensino, assim como no atinente ao ensino secundário, a equipa procedeu como em momentos anteriores, tendo efetuado um levantamento exaustivo dos resultados (através da consulta a documentos oficiais como as pautas das diversas turmas/anos) e que permitem apresentar os seguintes dados:

Total de alunos inscritos no 5ºano em 2016/2017		Total de alunos que concluíram o 6ºano em 2017/2018		Total de alunos inscritos no 7º ano em 2018/2019		Alunos que concluíram o 9º ano em 2020/2021		Total de alunos transferidos do 5º ao 9º ano		Percurso Direto de Sucesso		Total de Alunos que, tendo concluído o 9º ano AES, se inscrevem na ES do AES em 2021/2022	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
100	100	96	96	96	100	93	97	2	2,1	77	82,8	80	86

Percentagens em relação ao total de alunos inscritos no início de cada ciclo

- ✓ Taxa de sucesso do 2º ciclo: **100%**
- ✓ Taxa de sucesso do 3º ciclo: **97%**

- ✓ Taxa de abandono escolar: **0%**
- ✓ Dos 93 alunos que concluíram o 9º ano em 2020/2021, dois alunos beneficiaram de medidas adicionais e 77 alunos (**82,8%**) manifestaram sucesso, cumulativamente, nas disciplinas de Português e Matemática. Em virtude da pandemia, não se realizaram as Provas Finais, razão pela qual foram tomados como indicadores os resultados internos (frequência) obtidos nestas disciplinas.
- ✓ Os três alunos que não obtiveram aprovação realizaram exames de equivalência à frequência tendo, por essa via, terminado o 9º ano.
- ✓ Dos 100 alunos que iniciaram o seu percurso no 2º ciclo do AES, em 2016/2017, 4 (4%) não concluíram o Ensino Básico (9º ano) no AES, em 2020/2021.

3.1.3 – Ensino Secundário regular

Ensino Secundário - Cursos Científico-Humanísticos

Total de alunos inscritos no 10ºAno em 2018/2019		Total de alunos que concluíram o 12ºAno em 2020/2021 ¹		Total de alunos que não concluíram o 12ºAno em 2020/2021		Total de alunos que mudaram de curso		Total de alunos que anularam a matrícula		Percurso direto de sucesso do AES ²		Percentagem de alunos que ingressaram no Ensino Superior ³	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
90	100	75	83,3	15	16,7	1	1,1	2	2,2	51	70,8	69	95,8

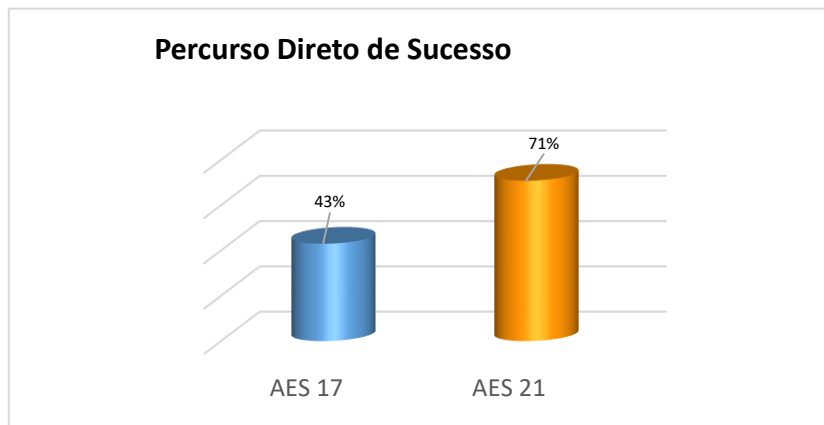
- ✓ Taxa de Sucesso em relação aos que concluíram: **83,3%**.
- ✓ Percentagem de alunos que não concluíram o seu percurso escolar em 2020/2021: **16,7%**.
- ✓ Taxa de Abandono: **2,2%**.
- ✓ Taxa de Ingresso no Ensino Superior: **95,8%**.

¹ Dos 75 alunos que concluíram o seu percurso escolar com sucesso, 3 não realizaram qualquer exame nacional, atendendo a que estes não tiveram caráter obrigatório.

² - Dos 72 alunos que concluíram com sucesso o seu percurso do ensino secundário e realizaram exames nacionais.

³ - Dos 72 alunos que concluíram com sucesso o seu percurso do ensino secundário e que ingressaram no ensino superior.

Evolução do Percurso Direto de Sucesso no AES - Ensino Secundário



Nota: Para o cálculo deste indicador considera-se que um aluno teve um percurso direto de sucesso no ensino secundário científico - humanístico quando não teve retenções nos 10.º e 11.º anos de escolaridade e, cumulativamente, obteve classificação positiva nos exames nacionais do 11.º / 12.º ano, três anos após o ingresso no 10.º ano. O indicador de 2021 reflete os resultados do conjunto de alunos que entrou para o 10.º ano em 2018/19, face ao conjunto de alunos que entrou no 10.º ano em 2014/15, no AES, e que deveria ter realizado as provas do 12.º ano em 2016/17.

3.1.3– Ensino Secundário profissional

Médias Finais

Curso Profissional	Média Final
Técnico de Instalações Elétricas	16,1
Técnico de Multimédia	15,0

Média Final de Curso (número de alunos)

Curso Profissional	10-11	12-13	14-15	16-18	19-20
Técnico de Instalações Elétricas	-	1	2	6	-
Técnico de Multimédia	-	1	11	3	1

Percurso de uma Geração de Alunos

Curso Profissional	Nº de alunos Inscritos	Nº de alunos que concluíram	Taxa de Conclusão

	(2018/19)	(2020/2021)	
Técnico de Instalações Elétricas	11	9	81,8%
Técnico de Multimédia	21	16	76,2%
Total	32	25	78,1%

Ensino Superior/ Empregabilidade (número de alunos)

Curso Profissional	Ensino Superior	Empregados na área de formação	Empregados noutras áreas	Desempregados
Técnico de Instalações Elétricas	4	5	1	1
Técnico de Multimédia	6	2	11	2

Ensino Secundário (Cursos Profissionais)

Verifica-se que os resultados académicos dos alunos do Curso de Técnico de instalações elétricas são superiores aos obtidos pelos alunos do Curso de Técnico de Multimédia. De referir que a qualidade do sucesso ronda os 78,1%, em média, o curso com melhor sucesso é o de técnico de instalações elétricas com uma taxa de conclusão de 81,8 %.

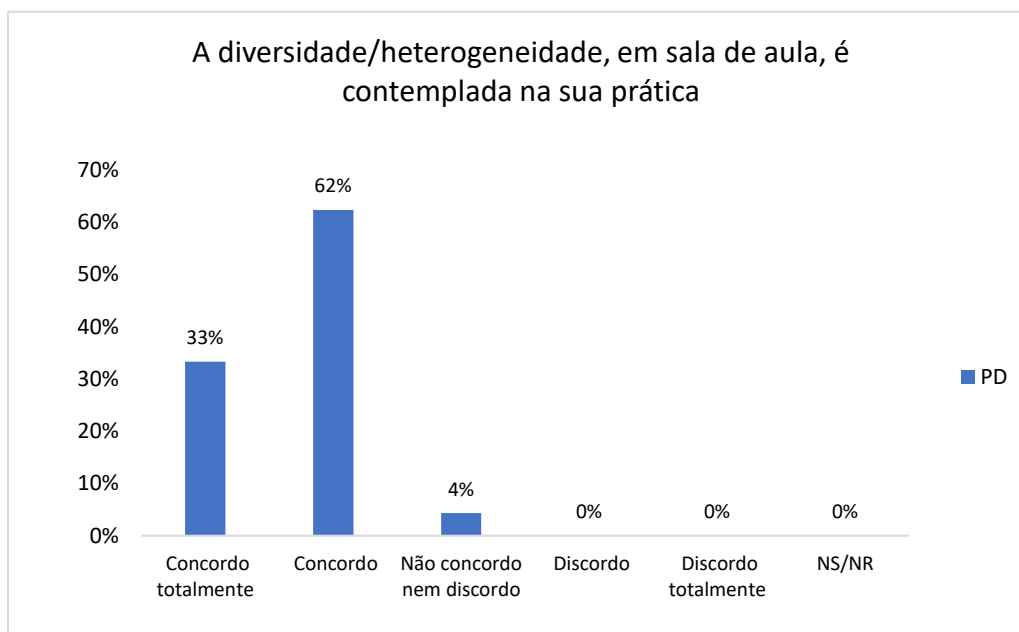
Nos cursos Profissionais a taxa de sucesso real é de 78,1% e a taxa de abandono apresenta valores significativos (12,5%). Os dados apresentados atestam que a generalidade dos alunos que conclui o Ensino Profissional apresenta alguma qualidade ao nível da sua formação, já que 40% entraram no ensino superior. Por outro lado, cerca de 22% encontraram emprego na sua Área de Formação. De referir que 9% dos alunos não se encontra a trabalhar ou a estudar.

4. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EDUCATIVO

Neste ponto, faz-se uma análise da prestação de serviço educativo no AES tendo em conta as respostas dos inquéritos aplicados aos pais/encarregados de educação dos alunos que beneficiam de medidas adicionais, ao pessoal docente (PD), aos alunos e a entrevista às representantes da Associação de Pais. São tratadas as vertentes práticas de ensino bem como a monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens. As questões colocadas pressupõem permitir uma reflexão sobre as atuais políticas educativas que se focam na avaliação para as aprendizagens, necessidade de adaptação das práticas letivas a uma nova realidade civilizacional e articular o processo de avaliação com os objetivos da educação inclusiva (Dec. Lei n.º 54/2018).

4.1. Práticas de ensino

Gráfico 9- Diversidade/heterogeneidade da prática letiva

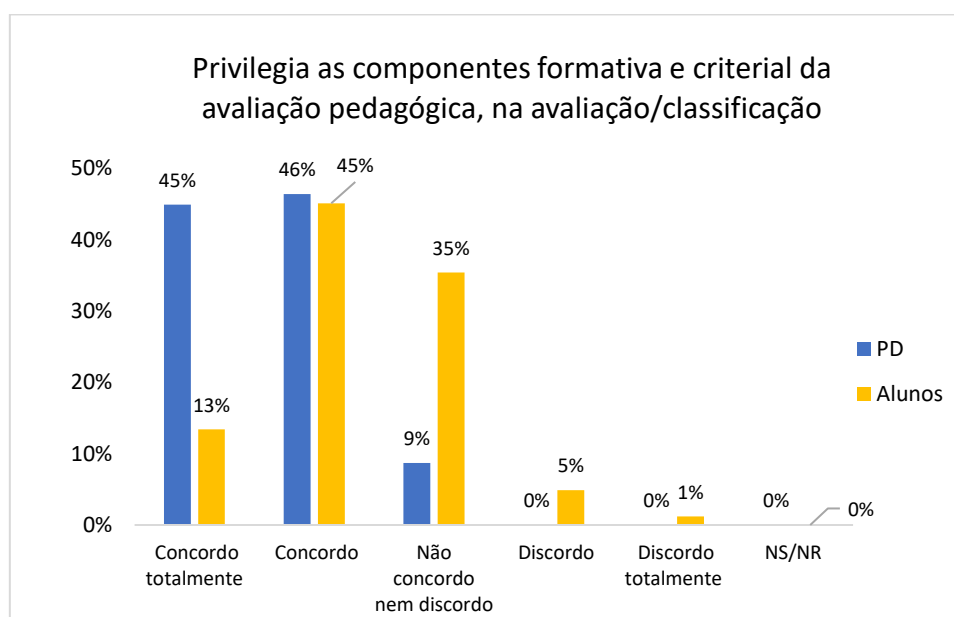


Da análise dos inquéritos aplicados aos encarregados de educação dos alunos com medidas adicionais (ver registos justificativos) e ao pessoal docente no que respeita a práticas de ensino, verifica-se que existe concordância de opiniões, uma vez que os primeiros consideram que os seus educandos são envolvidos em atividades adequadas às suas características e que permitem a sua evolução, já os segundos (95%) referem que as suas práticas contemplam a diversidade e a heterogeneidade (cf. gráfico supra).

Analisando os dados fornecidos pela EMAEI, referentes à monitorização, avaliação e implementação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão para o ano letivo 2020/21, verificou-se que houve um aumento significativo de alunos que necessitaram de medidas sendo este aumento mais acentuado no ensino secundário (71%) e que as mesmas têm surtido efeito. As medidas universais, previstas no DL 54/2018, correspondem às respostas educativas que as escolas têm disponíveis para todos os alunos com o objetivo de promover a melhoria das aprendizagens e o sucesso para todos.

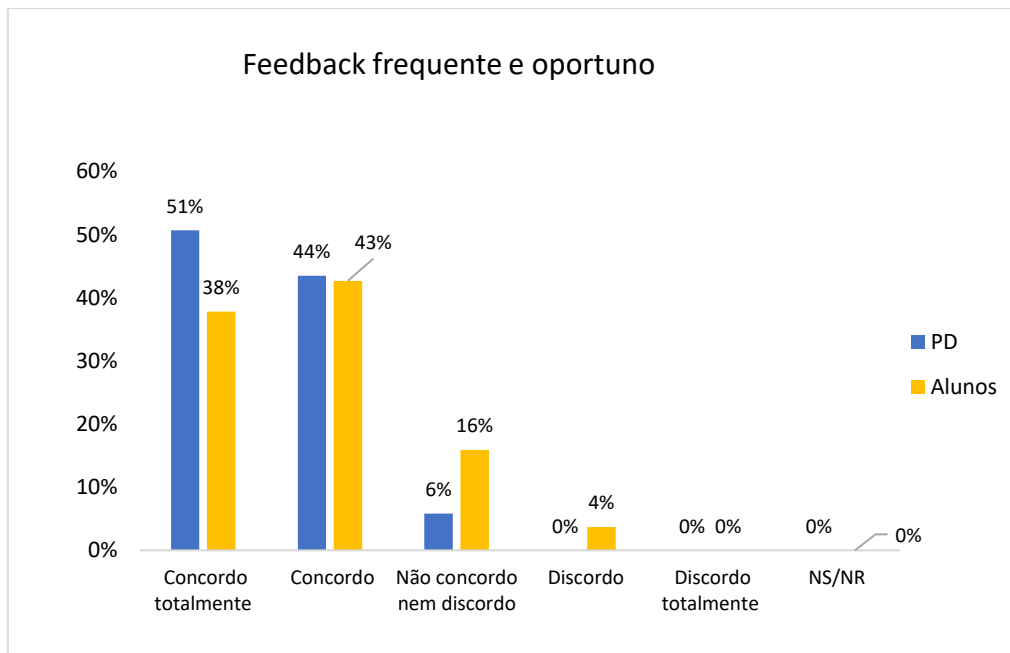
Nos cursos científico-humanísticos, vocacionados para o acesso ao prosseguimento de estudos superiores, as medidas universais podem e devem ser aplicadas. Porém impõe-se que sejam sempre observadas as competências previstas para este nível de ensino, descritas nas Aprendizagens Essenciais, no sentido de apoiar o aluno a atingir, ao longo de 3 anos, o desempenho global exigido no final do 12º ano por forma a que o percurso escolar de qualquer discente não fique comprometido, sendo uma dificuldade recorrente a harmonização entre a abordagem multinível, que deve existir, e a necessidade de garantir que o aluno termina o seu percurso dominando aquilo que está previsto nos currículos.

Gráfico 10 – Avaliação/Classificação



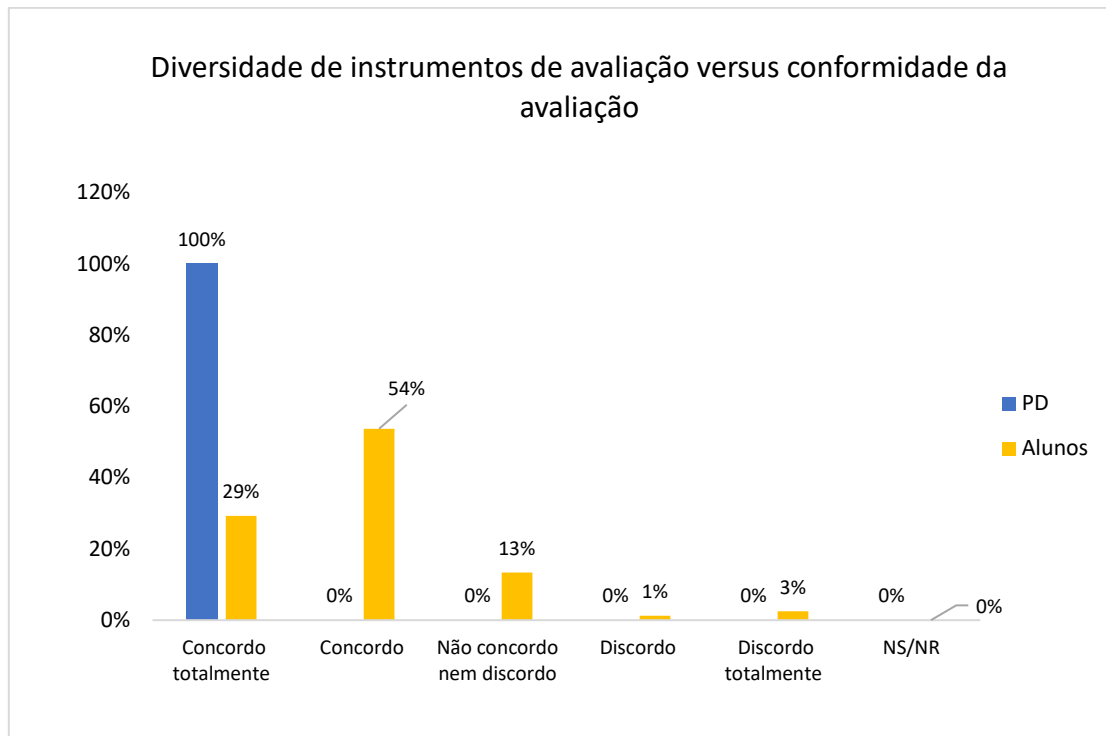
Apesar da maioria dos alunos concordar com o facto de no AES se privilegiar as componentes formativa e criterial da avaliação pedagógica, uma parte significativa não tem opinião ou discorda (41%). Podemos questionar se a avaliação tem sido adequadamente discutida com os alunos e assegurada a sua participação na mesma.

Gráfico 11- Comparação entre docente e aluno sobre o feedback frequente e oportuno



A esmagadora maioria dos docentes (95%) refere que fornece *feedback* de uma forma frequente e oportuna. Opinião consolidada pelos alunos já que mais de 80% afirma receber esse *feedback*. Podemos considerar que se está a começar a traçar o caminho para os novos desafios evidenciados pelos referenciais de educação em que o *Feedback* é apresentado como “uma das competências centrais e mais poderosas que o professor deve dominar para garantir uma avaliação formativa com impacto positivo nas aprendizagens dos alunos”⁴.

⁴Machado, E. A. (2021). *Feedback*. Folha de apoio à formação - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação.

Gráfico 12- Diversidade de instrumentos de avaliação versus conformidade da avaliação

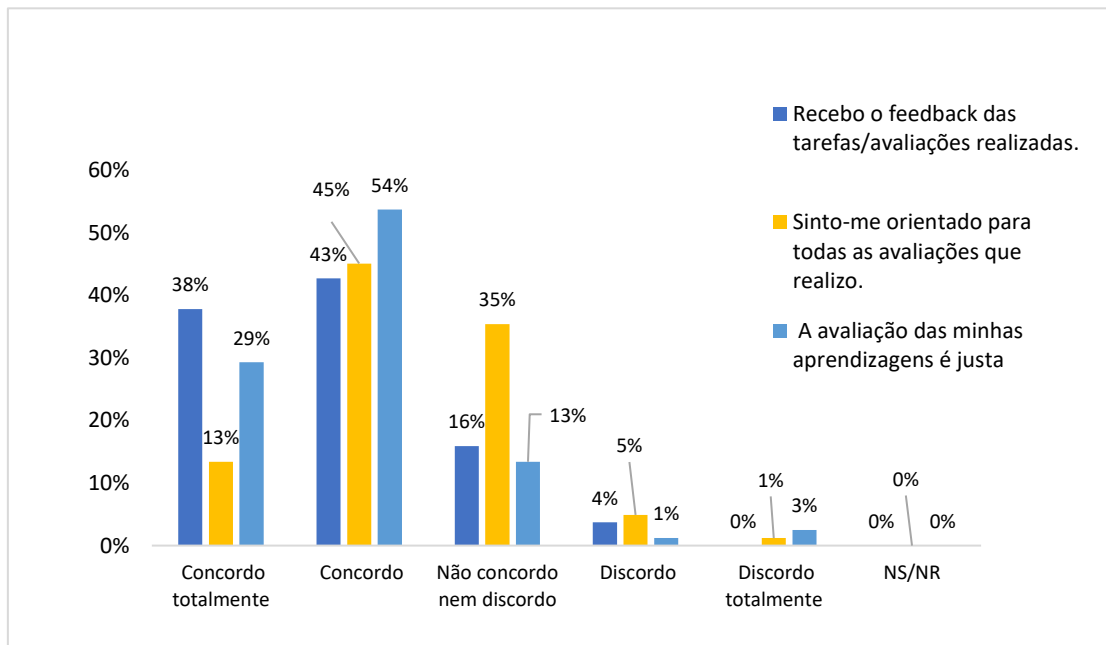
A maioria dos docentes refere que diversifica os instrumentos de avaliação/processos de recolha da informação, privilegiando os testes de avaliação, trabalhos de grupo, atividades laboratoriais e de pesquisa e apresentações orais. Podemos considerar que os docentes manifestam uma preocupação em adequar os instrumentos de avaliação/processos de recolha da informação às necessidades e características dos seus alunos o que é corroborado pelos discentes que afirmam (mais de 80%) que a sua avaliação está em conformidade com o trabalho desenvolvido.

Relativamente à agilização de uma prática letiva centrada no aluno e que privilegie atividades mais práticas facilitadoras de desenvolvimento da autonomia e do envolvimento do discente na construção da aprendizagem, é de salientar que as representantes da Associação de Pais, quando questionadas acerca das fragilidades que de forma imediata identificariam relativamente à qualidade do serviço educativo, um dos aspetos realçados incidiu nas questões concernentes às metodologias de alguns professores estarem ainda contaminadas com uma postura muito tradicionalista, facto

que não tem incrementado a ligação dos alunos à Escola e ao interesse pelos conteúdos programáticos.⁵

4.2. Monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens

Gráfico 13- Visão dos alunos sobre monitorização das aprendizagens



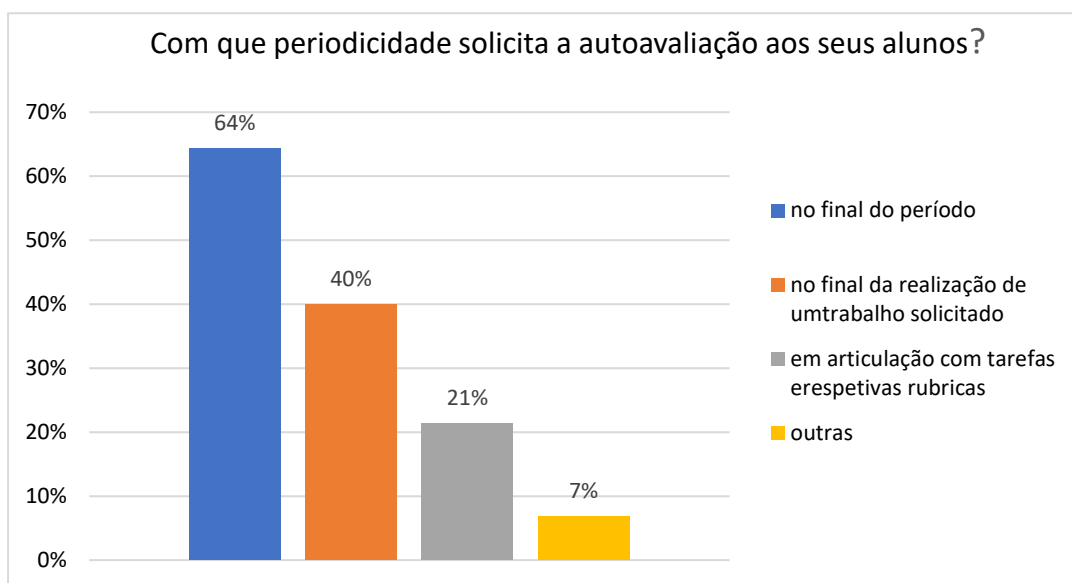
Ainda no âmbito da pertinência das práticas que valorizem a dimensão formativa da avaliação e a efetiva articulação entre aprendizagem, avaliação e ensino, pretendemos realizar uma observação mais fina, considerando a ótica dos alunos. Consequentemente, verifica-se que, não obstante a maioria dos alunos admita que recebe *feedback* com alguma frequência, é fundamental perceber em que medida o recebem, compreendem e utilizam para melhorar as suas aprendizagens. Importa aqui relembrar que “A eficácia do feedback está, pois, relacionada com a perceção que sobre ele têm os alunos”⁶.

⁵Cf. a segunda questão constante do *Guião de Entrevista realizada presencialmente à Presidente da Associação de Pais* que consta dos anexos e em que são analisados aspetos concretos bastante pertinentes no âmbito deste domínio.

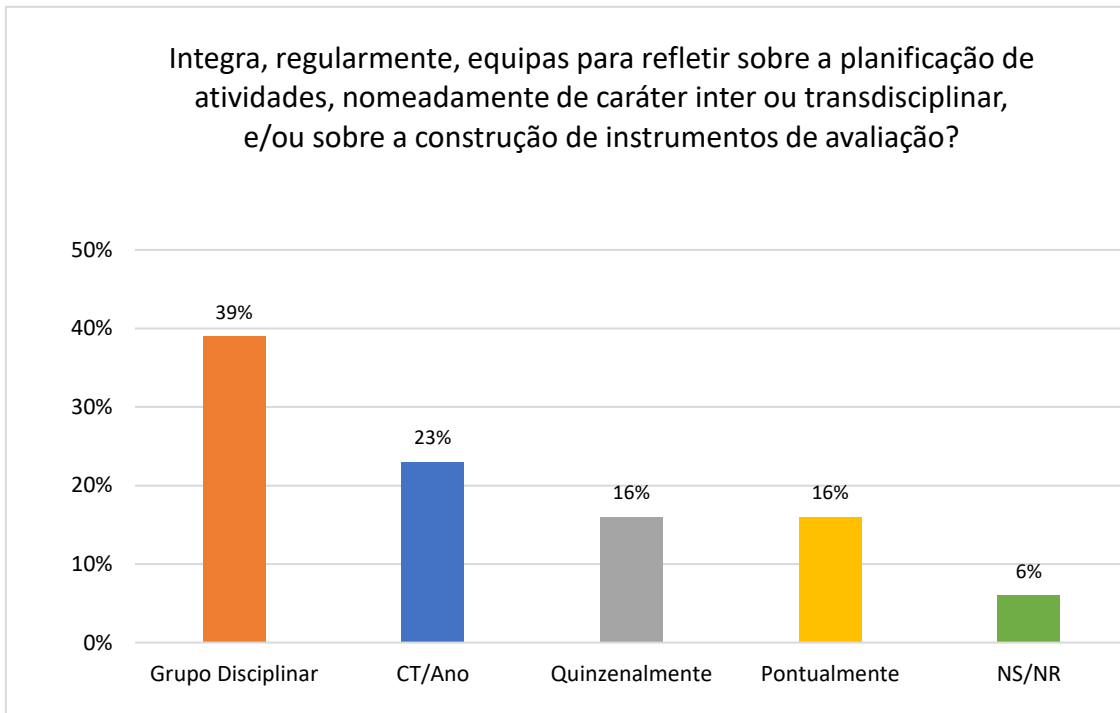
⁶ Machado, E. A. (2021). *Feedback*. Folha de apoio à formação - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação.

Neste sentido, emerge (de acordo com o gráfico supra) que os alunos de forma expressiva sentem que a avaliação funciona como catalisador para a realização das suas aprendizagens, no entanto a percentagem de respostas na zona de não compromisso (“Não concordo nem discordo”) justificará que se reflita sobre a forma como os professores transmitem e esclarecem aos alunos os mecanismos que informam a avaliação formativa. Nesta sequência, a especificidade da autoavaliação e a sua agilização frequente constitui-se como um elemento crucial.

Gráfico 14- Autoavaliação das aprendizagens



Ora, de acordo com o gráfico supra, é bastante significativo, devendo constituir matéria de reflexão, o facto de 64% das respostas dos docentes, relativamente à periodicidade com que recorrem à autoavaliação, colocar essa importante componente da avaliação para as aprendizagens contraditoriamente no “final do período”, isto é, associando a sua implementação à avaliação sumativa. A promoção de uma reflexão sobre o trabalho realizado durante um período letivo é importante, mas nem sempre cumpre o principal desígnio da autoavaliação que será o de assumir o compromisso de o aluno se envolver ativamente na melhoria das suas aprendizagens. Os professores devem, por isso e para isso, construir rubricas, promotoras de processos de autoavaliação das aprendizagens dos alunos, recorrendo aos contributos dos próprios discentes, se possível, e rentabilizando o trabalho colaborativo/cooperativo das equipas pedagógicas.

Gráfico 15- Reflexão sobre a planificação das atividades.

Na sequência do exposto e da análise dos questionários verificou-se que 10% do pessoal docente referiu que não integra equipas de reflexão sobre a planificação de atividades, nomeadamente de carácter inter ou transdisciplinar e/ou sobre a construção de instrumentos de avaliação. Podemos também concluir que, no AES, a planificação de atividades ainda acontece prioritariamente nos grupos disciplinares *stricto sensu*. Esta situação carece de uma reflexão individual e/ou em grupo considerando que no Decreto-Lei n.º 55/2018 pode ler-se que “A realização de aprendizagens significativas e o desenvolvimento de competências mais complexas pressupõem tempo para a consolidação e uma gestão integrada do conhecimento, valorizando os saberes disciplinares, mas também o trabalho interdisciplinar, a diversificação de procedimentos e instrumentos de avaliação, a promoção de capacidades de pesquisa, relação, análise, o domínio de técnicas de exposição e argumentação, a capacidade de trabalhar cooperativamente e com autonomia.”

Por último, verificou-se que 98,6% considera que a participação dos alunos em atividades de âmbito desportivo e artístico-cultural contribui para a melhoria do seu

desempenho escolar, para o desenvolvimento pessoal e social, bem como para o seu desempenho ao nível da atenção concentração, da comunicação, da criatividade e do espírito crítico.

Relacionado com este aspeto, emerge a pertinência de tomadas de decisão ao nível da gestão que podem facilitar e acicatar a valorização destas atividades (por exemplo, a construção dos horários das turmas prevendo a articulação entre as atividades letivas e as extracurriculares). Salienta-se que esta questão foi referida com particular acuidade pelas representantes da Associação de Pais.

5. LIDERANÇA E GESTÃO

5.1. Visão estratégica

Uma visão estratégica e uma liderança efetiva são aspetos essenciais para o sucesso de qualquer organização escolar. Deste modo, os diretores, de acordo com a legislação em vigor, são os responsáveis por determinar a orientação estratégica dos Agrupamentos ou das Escolas não Agrupadas, através dos seus projetos de Intervenção, garantindo que os objetivos definidos sejam implementados, monitorizados e avaliados. Para isso, terão de saber capitalizar não só os recursos humanos, criando um ambiente de trabalho saudável e colaborativo, mas também os recursos materiais a fim de ser assegurada a funcionalidade dos equipamentos, a inovação e a criatividade com vista à consecução do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

Desde 2013 que o órgão de gestão tem procurado implementar no Agrupamento de Escolas da Sertã um projeto centrado no sucesso das aprendizagens cognitivas sem descuidar os aspetos socioafetivos. Deste modo, ao longo dos seus mandatos, verificou-se a intenção de que, nos diferentes estabelecimentos de ensino que constituem esta organização escolar, se reconheça, em todos momentos e contextos, a valorização do conhecimento, do trabalho, do espírito colaborativo e do mérito. Isto porque se tem pretendido consolidar a escola como espaço inclusivo e integrador da diferença, em que o respeito pelos direitos humanos se reflita numa efetiva igualdade de oportunidades. Em 2019/2020 a equipa do OQ explicitou, após a sua análise, a missão do diretor de fazer do Agrupamento de Escolas de Sertã uma escola de referência, assim como a sua visão estratégica para a alcançar e que estaria apresentada no Projeto Educativo, atentas as diversas alterações que foram sendo introduzidas pela atual política educativa, definida pela tutela, visto ser esse o documento estruturante da ação educativa, integrando as metas a alcançar, particularmente as que se consideram determinantes para o sucesso educativo e para a avaliação da eficácia dos resultados escolares. O Projeto Educativo também definiu e definirá prazos para avaliação da consecução destes objetivos que deverão ser alvo de uma avaliação intermédia, anual,

no Conselho Pedagógico e nos Conselhos de Departamento e a uma avaliação no final da sua vigência. À direção compete implementar com carácter sistemático a avaliação do Projeto Educativo e elaborar relatórios globais, em cada ano letivo, sobre os resultados escolares alcançados e sobre o cumprimento do Plano de Atividades do Agrupamento. Ora, ressaltando-se a inultrapassável importância de todos estes aspetos, recordamos que no presente ano o AES experienciou, em termos de configuração de órgão de gestão (e conseqüente especificidade de modelo de liderança/gestão), a vigência de uma Comissão Administrativa Provisória (cf. artigo 66º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, que procedeu à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário).

No âmbito deste domínio, procurámos, então, verificar se a visão, em geral, da comunidade educativa tinha, de 2019/2020 até ao presente, sofrido alguma alteração significativa (cf. gráficos 16, 17 e 18 infra).

Nesta sequência, e de acordo com os gráficos seguintes, atenta a dimensão do AES e a diversidade dos agentes educativos, pode concluir-se que prevalece um estilo de liderança participativa e orientada para a concretização dos objetivos propostos. No entanto, cerca de ¼ (23%) dos docentes não reconhece que os objetivos traçados pelo órgão de gestão do Agrupamento sejam assumidos por todos. Também aproximadamente metade (48%) do pessoal não docente não concorda que haja partilha de competências e responsabilidades pelo órgão de gestão, aspeto crucial na agilização de um modelo de liderança que se pretende robusto no contexto do paradigma de Escola contemporâneo. Estes pontos devem ser fatores de reflexão por parte do Diretor, entretanto eleito, e da sua equipa.

Gráfico 16- Visão Estratégica

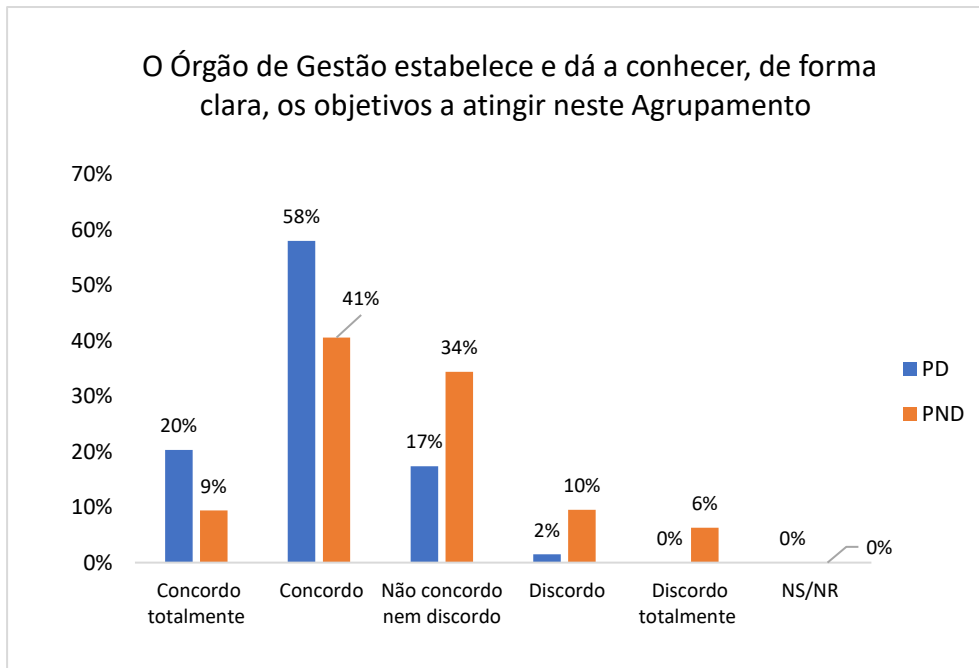


Gráfico 17- Visão Estratégica assumida pela comunidade educativa

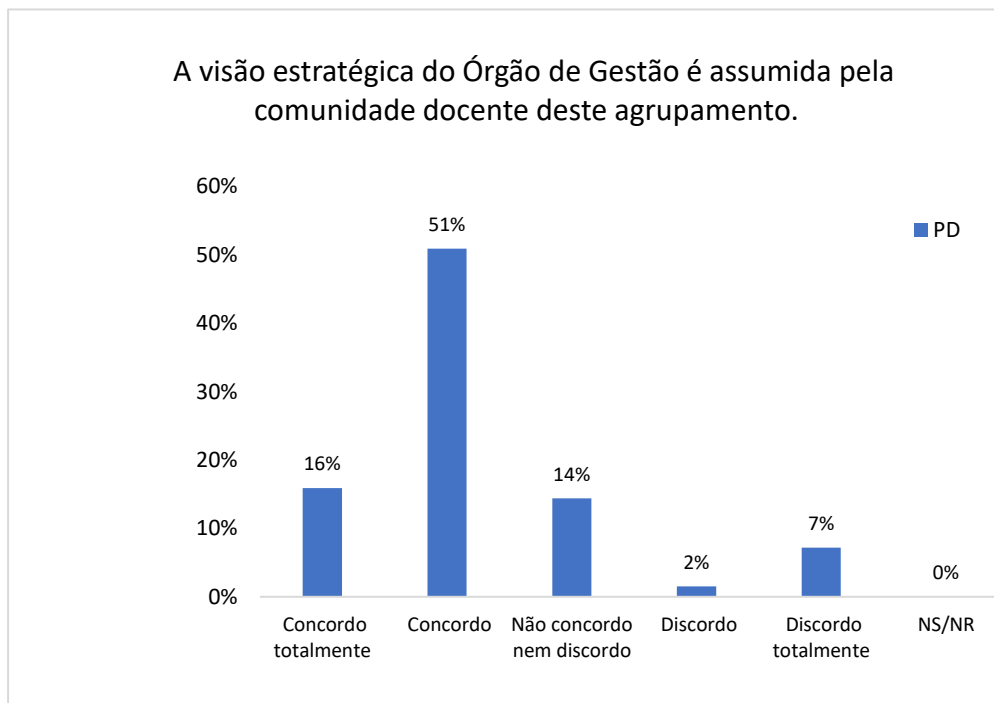
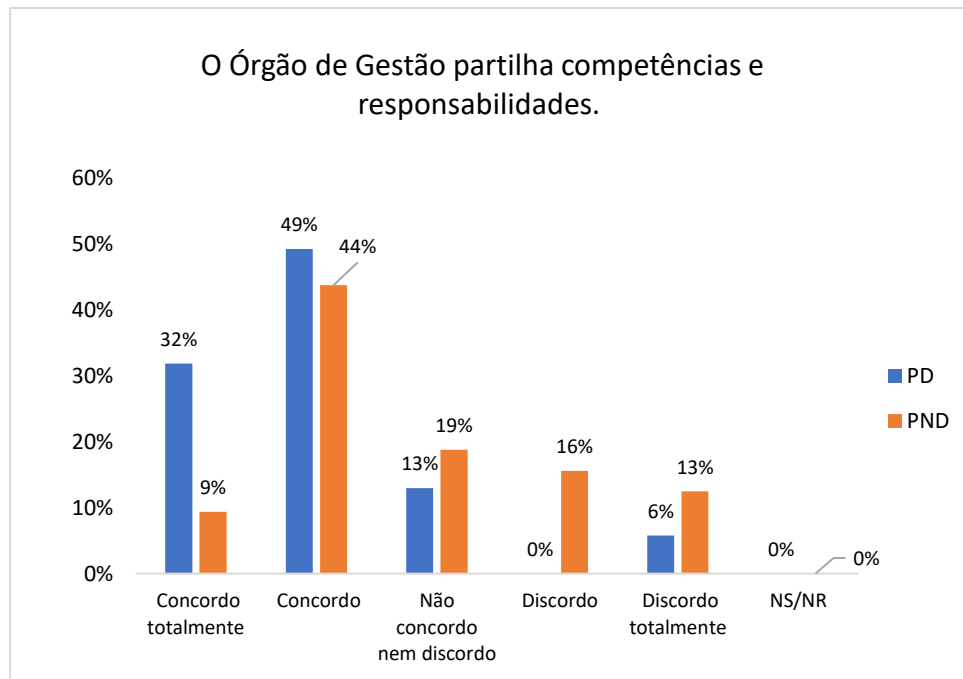


Gráfico 18- Partilha de competências e responsabilidades



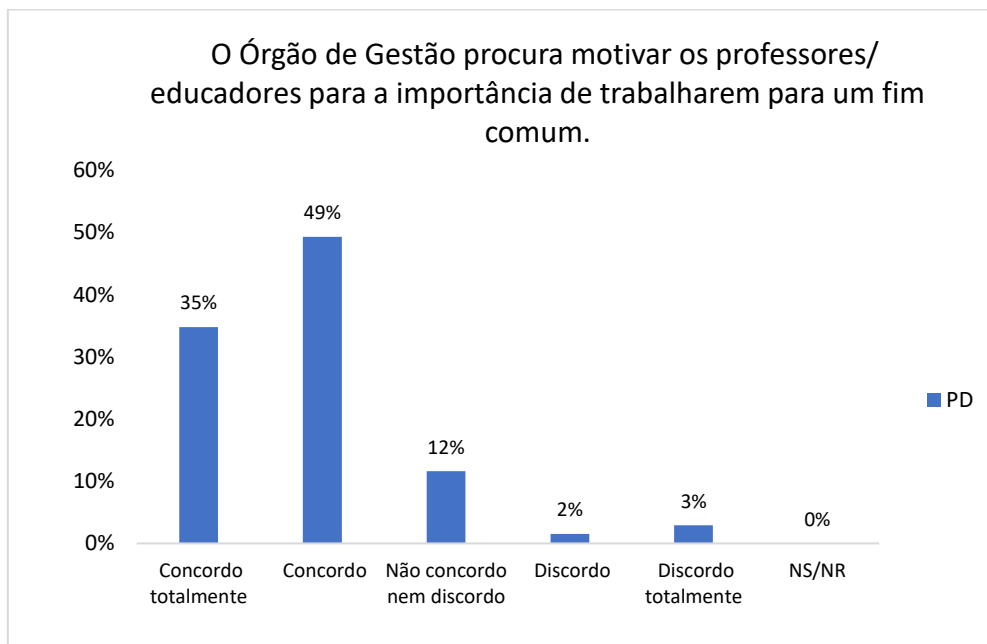
5.2. Mobilização da comunidade educativa

Relativamente ao contexto em apreço, e no âmbito do exercício de uma liderança ativa, a responsabilidade do órgão de gestão recai na promoção de um clima organizacional facilitador da satisfação do pessoal docente e não docente. Desta forma, o reconhecimento pelo trabalho bem feito, a agilização de mecanismos de *feedback* eficazes por parte do líder em relação aos liderados, podendo configurar mecanismos que aumentam a motivação extrínseca (numa lógica de recompensa, por exemplo, através de uma avaliação de desempenho) poderão ainda estimular e incrementar os níveis de motivação intrínseca, fundamentais para um efetivo comprometimento com a escola e com a vontade de contribuir para a sua excelência.

Nesta sequência, verificamos que perante a afirmação “A Direção procura motivar os professores para a importância de trabalharem para um fim comum”, 49% dos inquiridos concorda, concordância que se manifesta total para uns expressivos 35%. De facto, neste aspeto existe uma evolução digna de registo por comparação com as percentagens apuradas perante a mesma questão em 2019/2020 (recordamos que, então, uma percentagem considerável situava a sua posição numa zona de indecisão - 31,2% - o que parecia indiciar, naquele momento, uma eficácia significativa, mas mais

distante do ideal, ao nível da implementação dos mecanismos de motivação dos professores e da sua mobilização, do que aquela que neste momento se observa).

Gráfico 19- Motivação do pessoal docente

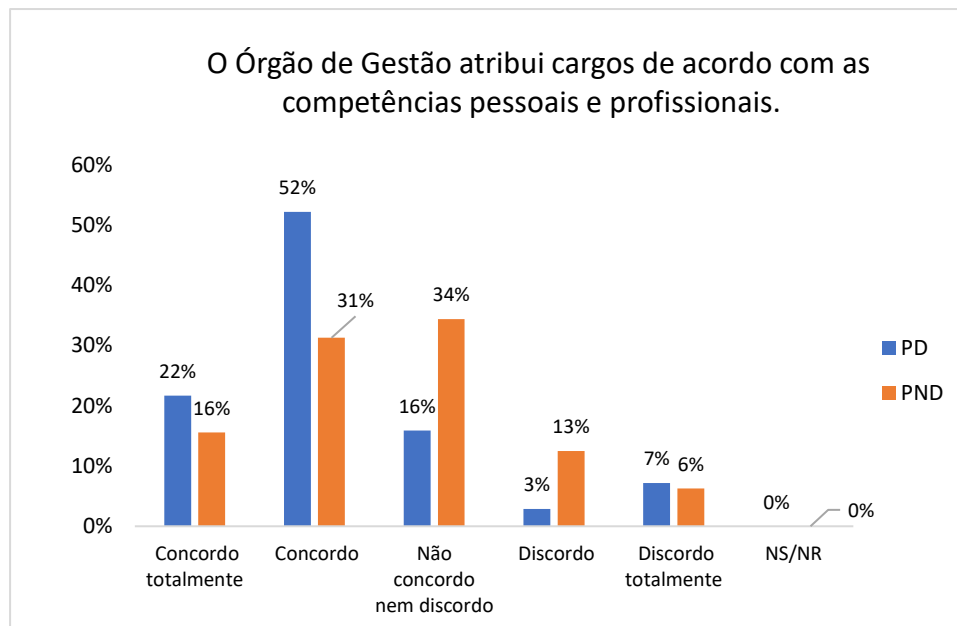


A eficácia de um líder, ou mais especificamente do diretor escolar, que se afirma indubitavelmente como timoneiro de um complexo processo de motivação e transformação dos liderados a partir de compromissos, com o objetivo de garantir níveis de confiança dentro do grupo, decorrerá, em larga medida, da sua exemplaridade, da partilha de valores e, concomitantemente, da capacidade de estabelecer e delegar responsabilidades. Relativamente a este último aspeto, e auscultado o pessoal docente e não docente, verificamos (cf. gráfico infra) que persiste uma perceção bastante diferente nos dois universos. De facto, enquanto que apenas uma parte relativamente exígua dos docentes inquiridos não considera que os cargos sejam atribuídos pelo órgão de gestão de acordo com as competências pessoais e profissionais dos professores (26%), no universo do pessoal não docente, esta posição corresponde a 54% dos inquiridos.

Perante os dados observados convirá salientar a importância de continuar a garantir os compromissos dos diversos setores da comunidade educativa no funcionamento do

AES. Emerge, conseqüentemente, que se mantém a necessidade de repensar a forma como se estão a dirigir as ações de caráter motivacional, sobretudo ao nível do pessoal não docente.

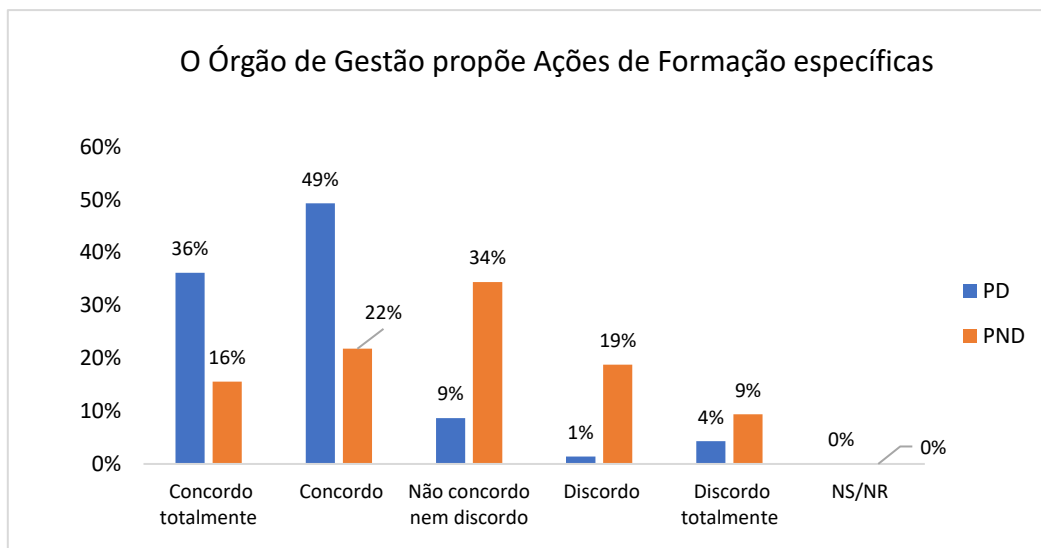
Gráfico 20- Atribuição de cargos



O desígnio de construir e assegurar o funcionamento de uma organização escolar eficaz, adequada ao meio e capaz de atingir um patamar de excelência, não poderá equacionar-se sem considerar claramente o desenvolvimento das competências dos vários profissionais envolvidos, através de diversas iniciativas, tanto ao nível interno (na própria organização escolar), como integrados em processos de formação contínua. Conseqüentemente, a qualidade do pessoal docente e não docente, e em particular dos primeiros pela especificidade da sua ação determinante no sucesso educativo de forma mais direta, é um indicador da qualidade do sistema. Justifica-se, então, o destaque que ao nível da gestão escolar deverá ser concedido à formação e à valorização do papel social dos profissionais de educação que, motivados e eficazes, poderão intervir de forma a serem geradores de mudança e inovação, condições fundamentais para a construção de um ensino de qualidade, assente na aprendizagem dos alunos. Neste sentido, colocámos uma questão acerca da proposta por parte do órgão de gestão de Ações de Formação específicas dirigidas, precisamente, aos trabalhadores do AES. Conforme se observa no gráfico 21, essa preocupação é claramente reconhecida pelos

docentes (85% dos inquiridos manifesta concordância), mas pouco pelo pessoal não docente (somente 38% das respostas assinalaram concordância com a premissa em referência).

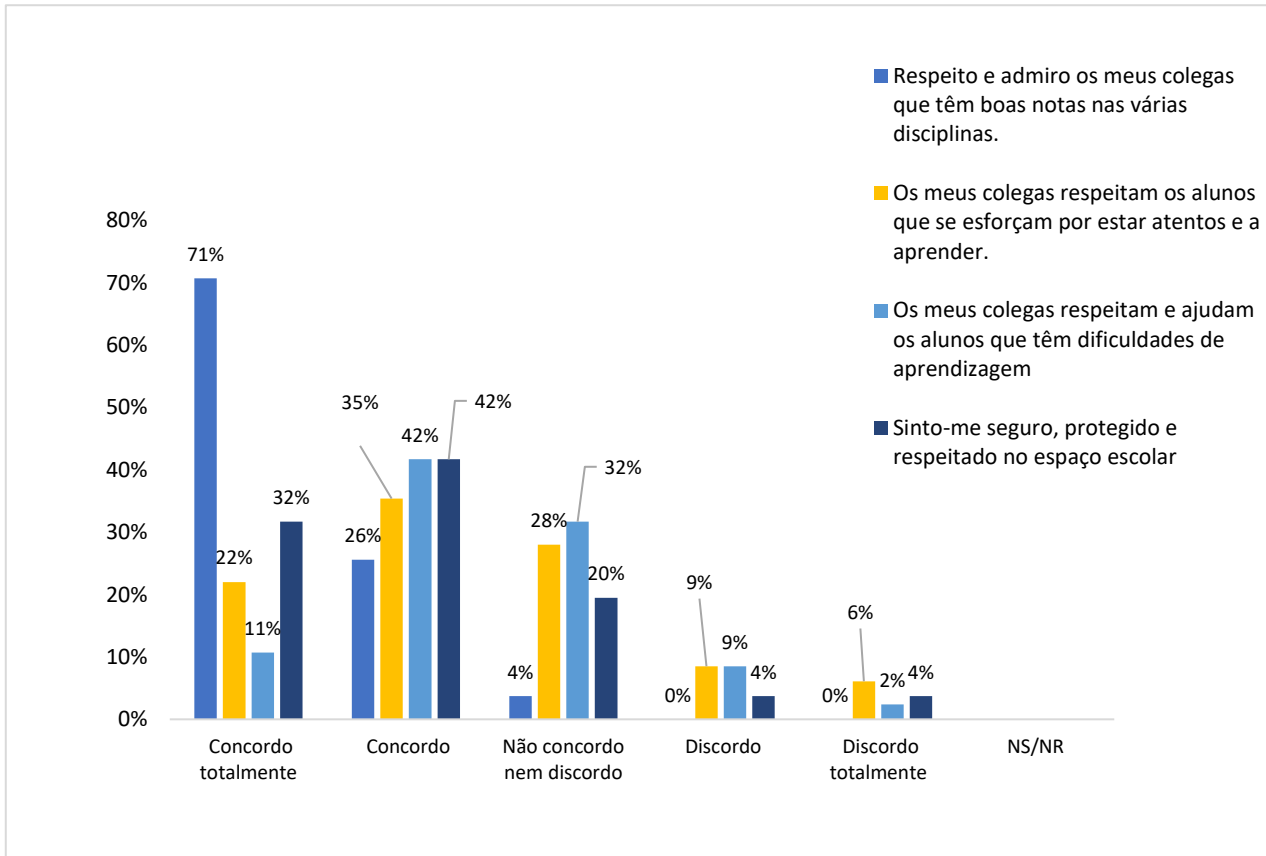
Gráfico 21- Ações de formação



5.3. Ambiente escolar

É no seio familiar que se constroem os alicerces de educação dos jovens. São os pais os principais educadores de valores em que acreditam e que querem igualmente passar aos seus filhos. Contudo, por inerência da interação e da convivência social, os familiares, os amigos e a escola também assumem um papel importante. Quando educamos para o respeito e tolerância, para a gratidão e amizade, entre tantas outras situações, a escola assume um papel relevante que se amplificará no processo da construção de futuros cidadãos interventivos e preparados para o mundo atual. É no contexto social que os valores se manifestam, se põem à prova, se aplicam e se reforçam. Neste sentido, garantir a existência de um ambiente escolar adequado e saudável terá de ser uma prioridade inultrapassável na gestão e desenvolvimento de mudança numa organização escolar. Consequentemente, colocámos algumas questões aos alunos do AES, no sentido de aferir a sua visão e grau de satisfação relativamente à forma como é vivida a escola.

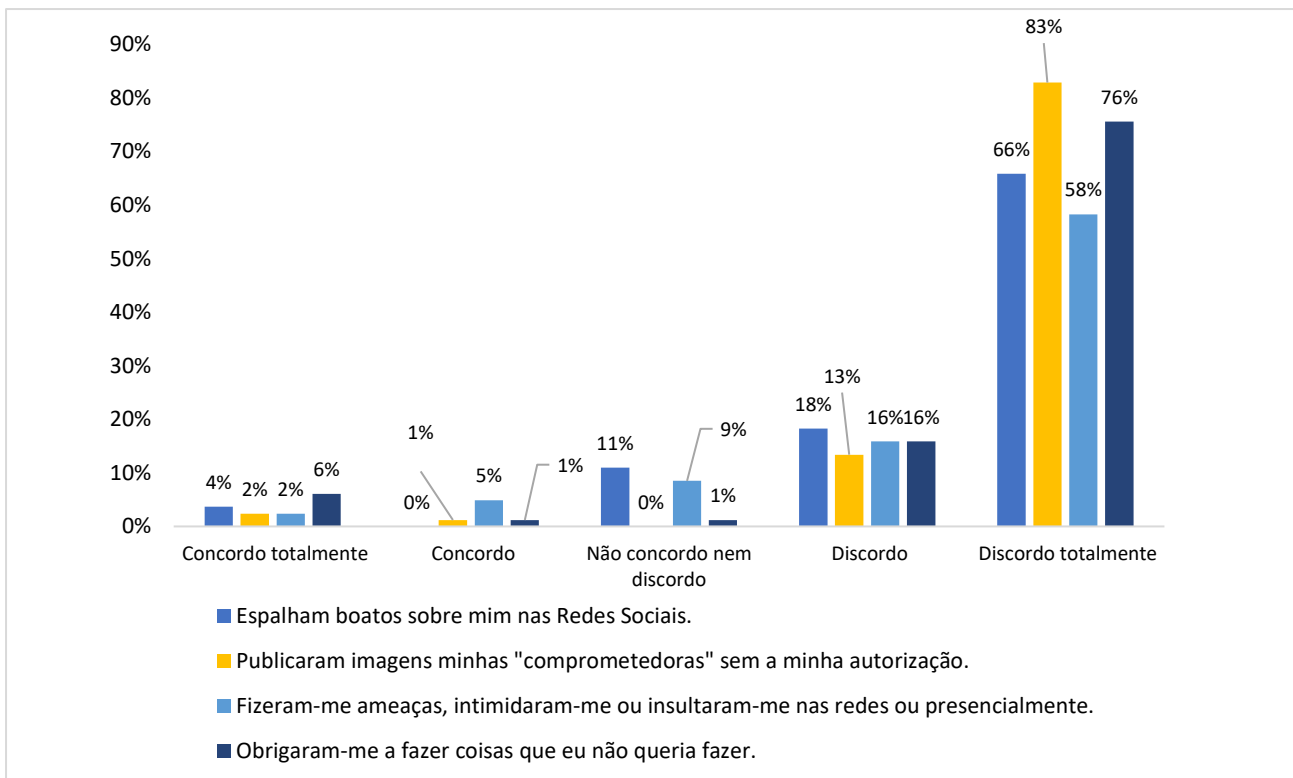
Gráfico 22- Visão dos alunos sobre o ambiente escolar



Da análise dos questionários, verificou-se que, apesar da maioria dos alunos (97%) respeitar e admirar os colegas que têm boas notas nas várias disciplinas, apenas 57% afirma observar que são respeitados os colegas que se esforçam por estar atentos e aprender e apenas 53% reconhece ajudar os colegas que têm dificuldades de aprendizagem como uma prática recorrente. Perante estes resultados, no que concerne aos valores do respeito e da entreaajuda entre os alunos, parece-nos necessário refletir acerca de estratégias que desenvolvam e garantam um mais elevado espírito de entreaajuda e de respeito entre os discentes.

Ainda neste contexto, por inequívoca importância na qualidade do funcionamento do AES e na sua adequação atenta às necessidades e à sensibilidade daqueles que serve, questionámos os alunos acerca da forma como avaliam a sua escola em termos de segurança (cf. gráfico infra).

Gráfico 23- Visão dos alunos sobre os constrangimentos de segurança no espaço escolar



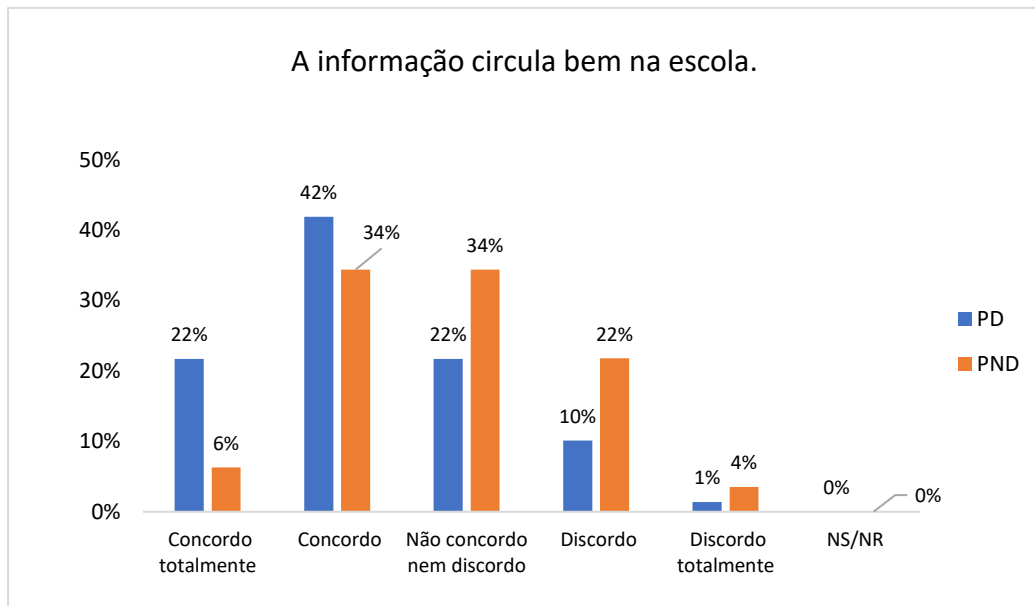
Os alunos reconhecem a existência de formas de agressão, destacando como principais as que decorrem da utilização do telemóvel e do computador, sendo a internet o principal meio difusor. Com recurso ao telemóvel através das redes sociais, assiste-se com frequência ao uso de mensagens difamatórias e de imagens pessoais comprometedoras e/ou ameaças que podem derivar em perseguições constantes. Neste contexto, da análise dos questionários, verificou-se que 4% dos alunos afirma que espalham boatos sobre si nas redes sociais, 3% refere ter sido alvo de publicação de imagens comprometedoras, sem autorização, 7% recebeu ameaças intimidatórias e insultos nas redes ou presencialmente e 7% dos inquiridos destaca terem sido obrigados a fazer coisas que não queriam. Embora em termos percentuais os dados sejam pouco significativos, situações desta natureza são bastante graves pelo que será necessário pensar em estratégias de atuação para serem postas em prática pelos docentes e não docentes de forma a prevenir a vitimização e a ocorrência de situações desagradáveis

que possam inviabilizar a existência de um bom ambiente no AES que, comumente, se reconhece.

5.4. Comunicação interna e externa

A informação serve para gerir, criar e definir a identidade e a imagem de qualquer organização, porque não só tem uma função estratégica de afirmação no meio em que se encontra, mas também tem uma função de mobilização interna – adesão à missão e ao projeto dessa mesma organização. Atualmente, torna-se importante para os agrupamentos de escolas o desenvolvimento de um bom sistema de comunicação interno, para uma melhor difusão da informação, e um bom sistema de comunicação externo, para que a sociedade tenha conhecimento do que se passa na organização. Nesta conformidade, devemos garantir um conjunto de princípios que assegurem a qualidade da mesma. Assim, a comunicação deverá ser clara, oportuna, distribuível, adaptável e interessante. Será necessário dedicar uma especial atenção ao sistema de comunicação interna para que se crie uma determinada ordem, uma coordenação das atividades, uma integração das ações a desenvolver e uma linha orientadora de consolidação do papel que todos têm na organização. A comunicação interna não pode ser vista somente como a circulação de informação para dar a conhecer o que deve ser feito e como deve ser feito. Ela deve ser entendida e vista como o processo de criação de um sistema de interação. (Carvalho,2012).

Gráfico 24- Comparação da opinião de docente e não docente sobre circulação de informação no Agrupamento



De acordo com os dados apresentados verifica-se que a opinião entre os docentes e não docentes diverge nesta matéria, já que 40% dos não docentes afirma que a informação circula bem ou muito bem, enquanto 64% dos docentes considera que a informação circula bastante bem. Verifica-se ainda uma melhoria relativa ao Relatório LG 19/20 (*Módulo III – Liderança e Gestão 2019/2020*), relativamente ao pessoal não docente, em que apenas 21% considerava que a comunicação era adequada. Tendo em conta a importância da comunicação no Agrupamento, contemplada no Projeto de Intervenção do Diretor de então, em que um dos objetivos era mobilizar a comunidade na construção da identidade do AES, crendo na persistência deste desígnio, parece-nos que deverão ser reforçadas as estratégias de comunicação do Agrupamento, quer ao nível interno, em cada momento e de acordo com as diferentes necessidades, procedendo com mais rigor à transmissão das orientações consideradas prioritárias, para que todos se sintam incluídos e capazes de colaborar ou participar nas diferentes tomadas de decisão, bem como ao nível externo, com a eventual reativação do *Jornal Novos Riscos* (independentemente do formato), um site do AES apelativo e atualizado, bem como uma gestão eficaz das demais redes sociais. Esta visão e/ou preocupação com as questões atinentes à comunicação foram claramente corroboradas e destacadas pela

Presidente da Associação de pais (cf. Guião em anexo e anteriormente referenciado, particularmente na resposta à questão 1).

A comunicação interna e externa deverá ser sempre objeto de avaliação, avaliação esta em que se espera que o Diretor tenha um papel ativo, enquanto gestor deste Agrupamento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como nota final deste relatório, destacamos, após a observação de inquéritos e questionários, que existe um reconhecimento geral de que o AES é uma Organização Escolar de elevada qualidade e profundamente comprometida com o desígnio de prestar um serviço de qualidade alinhado com o paradigma de Escola atual e com as ações que neste momento são superiormente determinadas pelo diversos normativos legais de referência e demais documentos e Projetos de caráter global/nacional (como, por exemplo, o *Plano Nacional das Artes* ou o *Projeto MAIA*), nomeadamente no atinente aos aspetos consagrados no *Plano 21/23 Escola+* (cf. Resolução de Conselho de Ministros nº 90/21, de 7 de julho).

Neste contexto respeitante à consolidação de uma Escola que responde aos desafios atuais e que assume a importância de desenvolver mecanismos de mudança conducentes à superação e à excelência, regista-se, igualmente, um progressivo reconhecimento da importância do processo de autoavaliação do AES, não obstante a necessidade de desenvolver ações que permitam uma valorização clara e objetiva do mesmo. Só com essa valorização o OQ poderá contribuir de forma mais profícua e válida para o desenvolvimento dos mecanismos de autoanálise que permitam a reorientação da ação para que se efetive um contínuo desenvolvimento da qualidade do serviço que o AES presta e que coloca os alunos, a sua satisfação, bem como a dos restantes membros da comunidade educativa, no epicentro das tomadas de decisão.

Por fim, reiteramos que o processo de autoavaliação, enquanto garante da capacidade de autorreflexão da Escola, identificando os aspetos a melhorar e dando os necessários contributos para que seja definido um percurso que assegure a resolução dos seus problemas, a minoração das suas fragilidades e que se traduza na melhoria do seu funcionamento, do desempenho dos seus profissionais e na qualidade do serviço prestado, depende do envolvimento, do compromisso e da disponibilidade de todos, ou, dito de outra forma, de um compromisso coletivo com a missão própria do AES e da visão estratégica do seu líder.

Apresentamos, nesta sequência, alguns pontos que colhem pertinência para a futura priorização de campos de intervenção, de acordo com o que foi possível aferir a partir dos aspetos considerados mais frágeis ao longo do quadriénio anterior, e em que se deve enquadrar a melhoria desta Organização.

6.1. Constrangimentos

- Mantêm-se algumas dificuldades no processo de envolvimento efetivo da comunidade na autoavaliação do AES (sobretudo ao nível do PND). Não obstante o reconhecimento da sua pertinência, continua a não ser concedido um nível de importância claro para que o seu impacto seja visível e se traduza em evidentes mudanças correspondentes à superação dos constrangimentos detetados ao longo do tempo.
- Continua a não existir uma articulação formal entre a necessidade de melhoria de certos aspetos (previstos numa formalizada ação estratégica) e os respetivos mecanismos objetivos de monitorização da proficiência das ações tomadas.
- As estratégias de comunicação não têm revelado o grau de eficácia expectável:
 - a nível interno, particularmente no que se refere ao universo do pessoal não docente (sobretudo no atinente aos mecanismos de mobilização);
 - de forma global, no que concerne à forma como é transmitida a visão estratégica do seu líder, nomeadamente no que diz respeito à tomada de decisões ao nível da partilha de competências e responsabilidades e da sua visão estratégica;
 - a nível externo, na capacidade de permitir um acesso fácil àquilo que é feito no AES e que espelha a sua imagem de elevada qualidade.
- Ao nível da prestação do serviço educativo, ainda não é clara e generalizada uma prática alinhada com a assunção da necessidade de articular aprendizagem, ensino e avaliação, através de ações concretas, concertadas e claras para alunos e encarregados de educação, assentes em mecanismos de *feedback* e de autoavaliação.

- Nem sempre se verificam opções didáticas e pedagógicas que garantam a aproximação dos alunos ao currículo e ao universo escolar.
- A harmonização entre a abordagem multinível, no contexto da Educação Inclusiva, e a garantia de que os alunos terminam o seu percurso a dominar o que está previsto nos currículos continua a ser uma dificuldade, nomeadamente no ensino secundário.
- As ações de formação específicas propostas pelo Órgão de Gestão, sobretudo no que respeita ao pessoal não docente, não são eficazes ao nível do impacto na sua mobilização/valorização profissional.
- O ambiente escolar/disciplina deverá ser alvo de uma contínua atenção, por forma a impedir, prever e prevenir qualquer situação de violência ou risco.
- Os pais/encarregados de educação não se sentem tão envolvidos quanto gostariam e consideram importante na vida do AES (cf. opiniões/sugestões apresentadas no Guião de Entrevista, em anexo).

6.2. Sugestões de melhoria

- Construção/desenvolvimento de uma estratégia relativa à autoavaliação e ao planeamento da melhoria através de dispositivos consistentes, contínuos e alinhados com outros processos de avaliação, ancorados na moldura legal de referência, centralizando as ações no garante de uma qualidade crescente do processo de ensino e de aprendizagem, mas que sejam claros para todos os setores da comunidade educativa.
- Estabelecer formas concretas, formais, mas simples e objetivas de monitorização das melhorias, rentabilizando os dados colhidos em dois sentidos ou em duas direções simultâneas: estabelecer um plano de melhoria/monitorizar/rever e/ou dar continuidade ao plano (Ciclo de *Deming*).

- Melhorar os mecanismos de comunicação interna, na globalidade, no atinente aos objetivos e metas do AES que espelhem a ação estratégica delineada e mobilizem a comunidade no mesmo sentido.
- Desenvolver ações dirigidas ao pessoal não docente, no sentido de estimular e garantir o seu envolvimento consciente no processo de autoavaliação, em particular, e na vida do AES, em geral (por exemplo, propondo ações de formação que permitam a sua valorização pessoal e profissional).
- Implementar de forma generalizada, nos vários níveis de ensino, uma forma de entender a prática letiva em que o aluno, estando no centro do processo, veja os seus *inputs* considerados e compreenda o sentido do *feedback* (existindo uma verdadeira e assumida valorização da vertente formativa da avaliação pedagógica).
- Melhorar os processos de comunicação externa, permitindo que a qualidade do AES seja facilmente reconhecida e apreciada (por exemplo, reestruturando o seu *site*, entre outros procedimentos).
- Acicatar o desenvolvimento de projetos, atividades, iniciativas que permitam o envolvimento simultâneo dos vários setores da comunidade, canalizando esforços para um fim comum.
- Prever o desenvolvimento de atividades que suscitem um maior envolvimento dos pais/encarregados de educação e dos alunos nas ações de melhoria e na vida do AES, em geral, para além da sua participação nas estruturas em que têm assento por imposição legal.
- Procurar agilizar/prever formação específica e adequada a docentes, não docentes e à equipa que venha a ser responsável pelo processo de autoavaliação, alinhada com as necessidades do AES para que este siga o seu percurso de superação e de excelência.

Bibliografia / Referências

ALAIZ, V., Góis, E. e Gonçalves, C. (2003). *Autoavaliação de Escolas. Pensar e praticar.*

Edições Asa.

AMADO, João (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação.* Imprensa da Universidade de Coimbra. 2ª Edição.

BARREIRA, Carlos (et al.) (2016). *Estudos Sobre Avaliação Externa de Escolas.* Porto Editora.

CARVALHO, João António Nunes (2012). A Importância da Comunicação para a construção da Imagem da Escola. Relatório no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional, orientado pelo Professor Doutor Marco Ferreira, ISEC.

Machado, E. A. (2021). Feedback. Folha de apoio à formação - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação.

Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, homologado pelo Despacho nº6478/2017 de 26 de julho. Edição do Ministério da Educação.

PLANO 21I23 ESCOLA+, Plano de Recuperação de Aprendizagens, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021, de 7 de julho.

CAF Educação – Exemplos de Práticas e Indicadores de Avaliação. Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (2ª Versão: 2018-11-05).

Anexos

7 GUIÃO DE ENTREVISTA REALIZADA PRESENCIALMENTE À PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS

- 1- Como avalia os resultados académicos dos alunos do AES, atenta a especificidade da região em que se insere e a caracterização do Agrupamento em sentido lato (fatores geográficos, população...)?**

Os resultados são bons, mas seria fundamental dar a conhecer o percurso que os alunos vieram a realizar, o que aconteceu a seguir ao percurso no AES (vida profissional, ensino superior...). Na nossa opinião, será um aspeto importante a considerar ao nível da comunicação para que todos tenham consciência da qualidade do AES (e urge rever e melhorar as questões da comunicação externa e interna do AES, o que passará, por exemplo, por uma modificação da página do AES).

- 2- Como avalia, globalmente, a qualidade do serviço educativo prestado pelo AES? Na sua ótica, e de acordo com as suas funções, que fragilidades imediatas apontaria a este nível?**

Ao nível do serviço educativo, parece-nos que é importante que todos os envolvidos, não só os professores, mas também os funcionários não docentes, estejam cientes do seu papel que exige uma determinada visão e postura (diríamos quase uma vocação) decorrente da especificidade deste trabalho numa organização de educação e ensino.

No que concerne às metodologias dos professores (a didática, particularmente), a sensação que temos é que ainda existe o predomínio de uma postura de ensino tradicional/conservadora que tende a afastar os alunos dos conteúdos e da própria aprendizagem (não estimula o envolvimento do aluno no processo).

Outro aspeto que não tem favorecido a valorização e a motivação dos alunos face à Escola é a cultura do negativo, isto é, enfatiza-se a falha, o erro, a chamada de atenção...

Em síntese, é preciso incrementar a ligação dos alunos à escola e talvez isso possa passar por uma maior valorização das estruturas intermédias (Departamentos, equipas pedagógicas) que possam de facto desenvolver metodologias de forma concertada e que isso se sinta mais, indo ao encontro do desígnio de colocar o aluno e a sua aprendizagem no centro de todo o processo. Não quer dizer que não exista já essa preocupação, mas talvez seja necessário assumi-lo e fazer passar que assim é de forma mais generalizada (e daí a pertinência da valorização das diversas estruturas da escola).

⁷ - Esta entrevista foi realizada em dois momentos – vinte e oito de abril e doze de maio – tendo estado presente, no primeiro momento, a Presidente da Associação de Pais, Dulce Nunes, acompanhada por outro elemento da associação, Susana André, no segundo momento. O texto de resposta corresponde à reprodução, com a máxima fidelidade possível, daquilo que foi sendo registado nos dois encontros em referência.

O envolvimento dos alunos também tem que ver com o envolvimento das famílias e, nesse sentido, a AP tem vindo a sugerir que seja possível criar um dia de atendimento geral aos pais que permita aos encarregados de educação conhecer os professores das diversas disciplinas, humanizando e garantindo, assim, uma maior proximidade entre a Escola e a Família.

Outros aspetos que se prendem com a qualidade da prestação do serviço educativo têm que ver com decisões de gestão a alguns níveis. Por exemplo, as aulas de 100 minutos seguidos, e sobretudo se a opção didático-pedagógica do professor se inscrever num quadro mais tradicional, tornam-se extremamente pesadas (os alunos, sobretudo os mais jovens, não conseguem manter tanto tempo de concentração). Talvez uma alternância entre blocos diferentes ou até ponderar a organização semestral pudesse ser interessante... Obviamente que são questões complexas que têm de ser ajustadas à realidade (cruzar com horários de transportes, refeições, etc). Esta ponderação teria, também, de ter alguma visibilidade na construção dos horários das turmas (por exemplo, como no 12º ano em que, no presente ano, os alunos não têm aulas todos os dias).

Ainda, deveriam ser encontradas formas, de acordo com a ponderação referida, que permitissem a valorização e harmonização das aulas com as atividades extracurriculares. Por fim, nas mudanças de ciclo, deveria ser possível que as opções a tomar (ao nível das línguas estrangeiras e/ou áreas) fossem menos “afuniladas”, que houvesse um debate aberto nesse sentido (na escola e em casa, obviamente).

3- A AP estimula a participação dos pais e encarregados de educação nas atividades promovidas pelo agrupamento?

Sim, mas a Associação de Pais tem sentido problemas de comunicação. Nos órgãos em que os seus representantes têm assento, o acesso à informação efetiva-se, mas... Na verdade, as pessoas sabem que existe, contudo recorrem à Associação mais para questões individuais do que como uma “ferramenta”, desconhecendo a força e o papel que a Associação pode e deve ter.

De qualquer forma, deve haver um incentivo significativo ao envolvimento de todos no desenvolvimento de atividades, valorizando a participação nas mesmas. É muito importante estimular as diferentes vocações (processo que deve começar precocemente, numa lógica de “caça-talentos”).

4- A AP propõe atividades a integrar no Plano de Atividades do Agrupamento?

Na verdade, a Associação tem estado disponível para colaborar, mas não existe a perceção de que, proativamente, pudesse desenvolver e propor atividades para o PAA.

5- A AP toma conhecimento dos critérios que presidem à constituição das turmas e dos horários?

Há uma reunião no início do ano em que a Direção dá conhecimento desses aspetos.

6- A AP apresenta sugestões relativas à definição das disciplinas de oferta de escola e ou dos cursos?

Sim, como referimos na segunda questão anteriormente colocada, tem de haver abertura para ouvir a Associação neste aspeto e o papel da Associação também passa muito por contribuir e garantir que os interesses dos alunos e das famílias, quando está em causa opções que podem de certa forma condicionar o futuro dos jovens, são salvaguardados, transmitidos e considerados nas tomadas de decisão neste contexto. Aliás, no passado recente, quando foi aberto o Curso de Ciências Socioeconómicas, foi fundamental a intervenção da AP para que tal se concretizasse.

7- No desempenho do seu cargo, acompanhou e/ou foi implicada no processo de autoavaliação da escola? Explique como.

Sim, a AP tem sido auscultada através do preenchimento de inquéritos com uma finalidade semelhante à desta entrevista presencial. Em sede de Conselho Geral, temos tido acesso aos relatórios do OQ que, habitualmente, lá são apresentados.

8- Observou evidências da autoavaliação na melhoria do funcionamento desta organização escolar? Em que aspetos?

Necessariamente têm havido mudanças e melhorias ao longo do tempo. No entanto, não nos é possível afirmar que tenha existido uma relação entre eventuais mudanças/melhorias e o trabalho realizado no contexto do OQ, pelo menos não temos perceção dessa ligação. Efetivamente, os relatórios de autoavaliação do AES deveriam ser analisados e valorizados de forma muito mais rigorosa, pois é um processo extremamente importante na gestão de qualquer Organização.

Obrigada pela sua disponibilidade!

Inquérito Aos Pais/Encarregados de Educação dos alunos que beneficiam de Medidas Adicionais

Registos Justificativos

Questão 1

Sente que o(a) seu(sua) filho(a) evolui na Escola?

-Sim. -Sim, tenho notado a evolução. - Sim! Muito. -Sim. -Sim. -Ao longo do tempo que o meu filho se encontra aí a estudar, ele tem mostrado evolução a todos os níveis.

-Sim, sinto que tem evolução. -Sim, acompanho as atividades que ela realiza e observo a sua evolução. -Sim. -Sim, a minha filha tem evoluído muito ao longo dos 2 anos. -Sim. -Sim, tanto na fala como a socializar com outras crianças e adultos. -Sim, houve sem dúvida uma boa evolução. -Sim, ele evoluiu muito, hoje eu noto que ele já não é aquela criança tímida que era, ele tem mais amigos que são os colegas da escola e ele anda mais motivado. -Sim, senti que teve uma grande evolução de um ano para o outro. -Sim, noto uma grande evolução no meu filho. -Sim. -Sim. -Sim. -Sim. -Sim.

Questão 2

Considera que as aulas em que o seu(sua) filho participação suficientes/adequadas às suas características?

-Sim. -As aulas são adequadas, mas podia ter mais áreas, nomeadamente Terapia da Fala. -Sei que a escola não consegue dar resposta a todas as necessidades do meu educando nem a todos os alunos que precisam delas. Considero que o núcleo escolas se esforça para dar o melhor a estes jovens. O que mais me interessa é que quando saio todos os dias para ir trabalhar, o meu filho fica em boas mãos. Ele está feliz e adora a escola. Nas férias e fins de semana ele sente falta da escola. A escola traz boas energias ao meu filho e uma elevada autoestima. -Sim. -Sim, mas podia ter Terapia da Fala com mais frequência. -Sim. -Sim. -Sim. -Sim. -Considero que a Escola/professores se empenham e fazem o possível, apesar das necessidades da minha filha exigirem um atendimento específico. -Sim. -Sim. Acho que o meu filho devia estar com mais atenção para saber mais. -Sim. -Sim, porque tem evoluído consideravelmente. -Tenho a minha filha em mãos capazes, e em quem confio, para avaliar o que ela precisa e a frequência em que deve assistir às aulas. -Sim. Tendo em conta que o meu filho faz terapia de desenvolvimento, acho que sim. -Sim, acho. -Sim, acho que são adequadas às características do meu filho. -Sim. -Sim. -Sim -Está tudo bem.

Questão 3**Na sua opinião as salas de Educação Especial estão bem equipadas?**

-Sim. -Sim, dentro do possível. -Nem sempre os equipamentos são o mais importante. Mas sim a relação humana. -Sim. -Sim. -Sim. -Sim. -Sim. -Não sei opinar sobre isso, só me foi possível visitar a escola uma vez. -Sim. -Sim, acho que tem os equipamentos necessários para ter aulas. – Não responde. -No nosso caso pensamos que sim, mas cada criança é diferente e precisa de material diferente. -A sala da minha filha penso estar bem equipada. -Sim. -Sim são, e ele gosta. -Sim. -Sim. -Sim. -Sim. -Sim, estão bem equipadas. -Sim.

Questão 4**É informado(a) regularmente acerca da evolução do seu educando, ou apenas quando o solicita?**

-Sim. -Sim, falo regularmente com a professora do Ensino Especial. -Sim, sou regularmente informada e agradeço por isso. Obrigada! -Sou informada regularmente. -Sim, sou informada. -Sim, sempre. -Sim, sou informado. -Sim, sou informado em tudo. -Sempre sou informada e fico muito feliz por isso. Assim, não me sinto alheia ao que se passa com a minha filha na escola. -Sim, regularmente. -Sou sempre informada em qualquer coisa que me querem informar. -Sim. -A equipa que acompanha o meu educando tem-nos mantido informados semanalmente. -Sou várias vezes informada da evolução da minha filha, quer por iniciativa dos professores quer por eu solicitar a informação. -Não só informada regularmente, mais quando solicito tenho a informação sobre o meu educando. -Sim, sou informado e de vez em quando pergunto também. -Sou informada com frequência da evolução do meu filho. -Sim, sou regularmente informado tendo até algumas reuniões sobre o meu educando. -Sim. -Sim. -Sim, sou informada pelo meu educando. -Sim.

Questão 5**Como avalia o apoio prestado pelos assistentes operacionais?**

-Bom. -Avalio pela positiva. -O apoio prestado pelas assistentes operacionais é ótimo, são portadoras de um enorme coração. Considero que são muito bem escolhidas. Não há palavras suficientes para descrever o seu trabalho, dedicação e carinho. Ajudam a que os dias do meu filho e os meus sejam melhores. Estou muito grata. -Bom. -Só fazem o que podem, mas sim, nota 10.- Não respondeu. -Muito Bom. -São muito prestáveis. - Não conheço toda a equipa que trabalha com a minha filha, mas os que conheço fazem um bom trabalho. -Bom. -Acho que têm sido umas pessoas incríveis e ensinam bem. - Bom -O apoio prestado tem-se demonstrado muito bom, sempre disponíveis e atentos

a qualquer necessidade do meu educando. -Um excelente apoio. Muito atentos e carinhosos com as nossas crianças. -O apoio prestado é muito bom, porque nós como encarregadas, muitas das vezes não conseguimos estar 100% com eles, e esta escola sempre nos passam essa confiança. Obrigado a toda a equipa escolar da Sertã. -Eu acho que tenho que agradecer muito pelo apoio dado ao meu filho pois tem tido grande evolução desde que frequenta a escola da Sertã e estou muito agradecido por todo o apoio prestado. -Muito bom, gosto muito das assistentes operacionais que acompanham o meu filho. -Tem sido muito bom sempre a tentar ajudar o meu educando da melhor forma possível só tenho que agradecer pelos apoios ao meu educando. - Muito Bom. -Muito Bom. -As assistentes operacionais estão a ir muito bem. -Muito bom. Desde que veio para este ensino evoluiu bastante muito obrigado pelo trabalho e desempenho que têm para com ela.

Inquérito dirigido ao pessoal docente

	5 – Concordo totalmente		4 - Concordo		3- Não concordo nem discordo		2 - Discordo		1 – Discordo totalmente		0 – Não sei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
I- Prestação de Serviço												
1-Teve em conta, na planificação das suas atividades, os documentos curriculares/orientadores (Aprendizagens Essenciais, PASEO...)?	46	66,7%	20	29%	2	2,9%	1	1,4%	0	0	0	0
2- A sua planificação permite uma adequada rentabilização dos tempos letivos e dos recursos educativos (recursos multimédia, BE, laboratórios...)?	23	33,3%	39	56,5%	7	10,1%	0	0	0	0	0	0
3- Na sua prática letiva, adota metodologias ativas e/ou experimentais?	4	5,8%	5	7,2%	0	0	0	0	0	0	60	87,0%
4- A diversidade/heterogeneidade, em sala de aula, é contemplada na sua prática?	23	33,3%	43	62,3%	3	4,3%	0	0	0	0	0	0
5- Privilegia as componentes formativa e criterial da avaliação pedagógica, na avaliação/classificação dos seus alunos?	31	44,9%	32	46,4%	6	8,7%	0	0	0	0	0	0
6- Fornece feedback frequente e oportuno aos seus alunos?	35	50,7%	30	43,5%	4	5,8%	0	0	0	0	0	0
7- Diversifica os processos de recolha de informação acerca do trabalho realizado pelos seus alunos?	69	100%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8 – Quais?												
Fichas/testes.	53	76,3%										
Trabalhos de grupo.	48	69,5%										
Atividades de pesquisa.	43	62,3%										

Atividades laboratoriais/ experimentais.	28	40,6%										
Apresentações orais.	40	58%										
Outras: _____	6	8,7%										
9- Com que periodicidade solicita a autoavaliação aos seus alunos?	19	27%										
10- Integra, regularmente, equipas para refletir sobre a planificação de atividades, nomeadamente de carácter inter ou transdisciplinar, e/ou sobre a construção de instrumentos de avaliação?	68	98,6%	0	0	0	0	1	1,4%	0	0	0	0
11- Considera que a participação dos alunos em atividades de âmbito desportivo e artístico-cultural contribui para a melhoria do seu desempenho escolar?												
II – Liderança e Gestão												
1- O Órgão de Gestão estabelece e dá a conhecer, de forma clara, os objetivos a atingir neste Agrupamento.	14	20,3%	40	58%	12	17,4%	1	1,4%	2	2,9%	0	0
2- A visão estratégica do Órgão de Gestão é assumida pela comunidade docente deste agrupamento.	11	15,9%	42	50,9%	10	14,5%	1	1,4%	5	7,2%	0	0
3- O Órgão de Gestão procura motivar os professores/educadores para a importância de trabalharem para um fim comum.	24	34,8%	34	49,3%	8	11,6%	1	1,4%	2	2,9%	0	0
4- O Órgão de Gestão partilha competências e responsabilidades.	22	31,9%	34	49,3%	9	13%	0	0	4	5,8%	0	0
5- O Órgão de Gestão incentiva a concretização de novas ideias e métodos de trabalho, com eventual recurso a parcerias e projetos inovadores.	27	39,1%	36	52,2%	4	5,8%	0	0	2	2,9%	0	0
6- O Órgão de Gestão atribui cargos aos professores/educadores tendo em conta as suas competências pessoais e profissionais.	15	21,7%	36	52,2%	11	15,9%	2	2,9%	5	7,2%	0	0
7- O Órgão de Gestão propõe Ações de Formação específicas para promover a qualidade das Práticas Educativas.	25	36,2%	34	49,3%	6	8,7%	1	1,4%	3	4,3%	0	0

8- A informação circula bem na escola.	15	21,7%	31	41,9%	15	21,7%	7	10,1%	1	1,4%	0	0
9- O Órgão de Gestão envolve os docentes na autoavaliação da escola.	15	21,7%	37	53,6%	9	13%	2	2,9%	6	8,7%	0	0
III - Autoavaliação												
1- O processo de autoavaliação do AES implica os diversos elementos da comunidade educativa.	24	34,8%	33	47,8%	6	8,7%	1	1,4%	5	7,2%	0	0
2- Os resultados do processo de autoavaliação do Agrupamento são dados a conhecer à comunidade educativa.	25	36,2%	25	36,2%	10	14,5%	3	4,3%	6	8,7%	0	0
3- É feita uma reflexão em grupo (SCAD, Departamento) acerca dos resultados da autoavaliação do AES.	19	27,5%	34	49,3%	12	17,4%	1	1,4%	3	4,3%	0	0
4- Os relatórios decorrentes do processo de autoavaliação tiveram impacto na melhoria da organização do AES.	14	20,3%	35	50,7%	8	11,6%	3	4,3%	9	13%	0	0
5- Os relatórios decorrentes do processo de autoavaliação tiveram impacto na melhoria das práticas educativas e dos resultados dos alunos.	10	14,5%	33	47,8%	12	17,4%	4	5,8%	10	14,5%	0	0
6- O processo de autoavaliação do AES contribuiu para a melhoria das práticas desenvolvidas no âmbito da Educação Inclusiva.	8	11,6%	31	44,9%	16	23,2%	4	5,8%	10	14,5%	0	0
7- As estratégias de comunicação e de reflexão acerca dos resultados da autoavaliação do Agrupamento, na comunidade educativa, são eficazes.	7	10,1%	33	47,8%	19	27,5%	3	4,3%	7	10,1%	0	0
9- A definição das ações de formação priorizadas pelo AES reflete as necessidades manifestadas pelo pessoal docente e contribuíram para a melhoria do seu desempenho profissional.	17	24,8%	35	50,7%	10	14,5%	1	1,4%	6	8,7%	0	0

69 inquéritos

Inquérito dirigido ao pessoal não docente

	5 – Concordo totalmente		4 - Concordo		3- Não concordo nem discordo		2 - Discordo		1 – Discordo totalmente		0 – Não sei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
II – Liderança e Gestão												
1- O Órgão de Gestão estabelece e dá a conhecer, de forma clara, os objetivos a atingir neste Agrupamento.	3	9,4%	13	40,6%	11	34,4%	3	9,4%	2	6,3%	0	0
2- O Órgão de Gestão valoriza os meus contributos para o funcionamento da Escola/Jardim.	3	9,4%	13	40,6%	11	34,4%	4	12,5%	2	6,3%	0	0
3- O Órgão de Gestão incentiva a autonomia e a responsabilidade dos responsáveis pelos serviços administrativos e pelos assistentes operacionais.	3	9,4%	14	43,8%	6	18,8%	5	15,6%	4	12,5%	0	0
4- O Órgão de Gestão atribui cargos aos assistentes operacionais e aos assistentes técnicos tendo em conta as suas características pessoais e profissionais.	5	15,6%	10	31,3%	11	34,4%	4	12,5%	2	6,3%	0	0
5- O Órgão de Gestão propõe Ações de Formação específicas para promover a qualidade dos Serviços.	5	15,6%	7	21,8%	11	34,4%	6	18,8%	3	9,4%	0	0
6- A informação circula bem na Escola.	2	6,3%	11	34,4%	11	34,4%	7	21,8%	1	3,1%	0	0
7- O ambiente de trabalho é bom.	2	6,3%	12	37,5%	14	43,8%	4	12,5%	0	0	0	0
III – Autoavaliação												
1- O processo de autoavaliação do AES implica os diversos elementos da comunidade educativa.	0	0	12	37,5%	9	28,1%	2	6,3%	9	28,1%	0	0
2- Os resultados do processo de autoavaliação do Agrupamento são dados a conhecer à comunidade educativa.	5	15,6%	8	25%	8	25%	4	12,5%	8	25%	0	0

3- É feita uma reflexão, orientada pelo seu superior hierárquico ou por um elemento da Direção, acerca dos resultados da autoavaliação do Agrupamento.	3	9,4%	8	25%	5	15,6%	6	18,8%	10	31,3%	0	0
4- Os relatórios decorrentes do processo de autoavaliação tiveram impacto na melhoria da organização do AES.	3	9,4%	7	21,8%	8	25%	4	12,5%	10	31,3%	0	0
5- Os relatórios decorrentes do processo de autoavaliação tiveram impacto na melhoria das práticas educativas e dos resultados dos alunos.	0	0	9	28,1%	10	31,3%	3	9,4%	10	31,3%	0	0
6- O processo de autoavaliação do AES contribuiu para a melhoria das práticas desenvolvidas no âmbito da Educação Inclusiva.	3	9,4%	9	28,1%	9	28,1%	2	6,3%	9	28,1%	0	0
7- As estratégias de comunicação e de reflexão acerca dos resultados da autoavaliação do Agrupamento, na comunidade educativa, são eficazes.	2	6,3%	8	25%	11	34,4%	2	6,3%	9	28,1%	0	0
8- A definição das ações de formação priorizadas pelo AES reflete as necessidades manifestadas pelo pessoal não docente e contribuíram para a melhoria do seu desempenho profissional.	3	9,4%	8	25%	9	28,1%	10	31,3%	2	6,3%	0	0

32 Inquéritos

INQUÉRITO – Alunos dos 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º Anos

	5 – Concordo totalmente		4 - Concordo		3- Não concordo nem discordo		2 - Discordo		1 – Discordo totalmente		0 – Não sei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
I - Práticas de Ensino												
1- Os meus professores fornecem ferramentas eficazes para eu compreender as matérias.	17	20,7%	47	57,3%	16	19,5%	2	2,4%	0	0	0	0
2- Os meus professores incentivam-me a trabalhar para alcançar melhores resultados	23	28%	27	32,9%	27	32,9%	5	6,1%	0	0	0	0
3- Os meus professores fazem diferentes tarefas e atividades para me ajudarem a aprender.	14	17,1%	32	39%	24	29,3%	12	14,6%	0	0	0	0
4-Recebo o feedback das tarefas/avaliações realizadas.	31	37,8%	35	42,7%	13	15,9%	3	3,7%	0	0	0	0
5- Sinto-me orientado para todas as avaliações que realizo.	11	13,4%	37	45,1%	29	35,4%	4	4,9%	1	1,2%	0	0
6- A avaliação das minhas aprendizagens é justa	24	29,3%	44	53,7%	11	13,4%	1	1,2%	2	2,4%	0	0
II – Atitudes e Comportamentos												
1- Respeito e admiro os meus colegas que têm boas notas nas várias disciplinas.	58	70,7%	21	25,6%	3	3,7%	0	0	0	0	0	0
2- Os meus colegas respeitam os alunos que se esforçam por estar atentos e a aprender.	18	22%	29	35,4%	23	28%	7	8,5%	5	6,1%	0	0
3- Os meus colegas respeitam e ajudam os alunos que têm dificuldades de aprendizagem	17	20,7%	34	41,7%	22	31,7%	7	8,5%	2	2,4%	0	0

4- Sinto-me seguro, protegido e respeitado no espaço escolar	26	31,7%	34	41,7%	16	19,5%	3	3,7%	3	3,7%	0	0
5- Espalham boatos sobre mim nas Redes Sociais.	3	3,7%	0	0	9	11%	15	18,3%	54	65,9%	0	0
6- Publicaram imagens minhas "comprometedoras" sem a minha autorização.	2	2,4%	1	1,2%	0	0	11	13,4%	68	82,9%	0	0
7-Fizeram-me ameaças, intimidaram-me ou insultaram-me nas redes ou presencialmente.	2	2,4%	4	4,9%	7	8,5%	13	15,9%	56	58,3%	0	0
8- Obrigaram-me a fazer coisas que eu não queria fazer.	5	6,1%	1	1,2%	1	1,2%	13	15,9%	62	75,6%	0	0
III - Liderança e Gestão												
1- Realizam-se neste Agrupamento reuniões oficiais com os delegados e subdelegados de turma.	18	22%	20	24,4%	16	19,3%	11	13,4%	17	20,7%	0	0
2- O Órgão de Gestão recolhe junto dos delegados e subdelegados de turma contributos para a melhoria do funcionamento deste agrupamento.	14	17,1%	17	20,7%	17	20,7%	12	31,7%	22	31,7%	0	0
3- Os apoios disponibilizados aos alunos contribuem para o seu sucesso escolar.	21	25,6%	33	40,2%	18	22%	5	6,1%	5	6,1%	0	0
4- Os equipamentos tecnológicos existentes permitem a inovação das práticas na sala de aula.	16	19,5%	22	31,7%	20	24,4%	13	15,9%	7	8,5%	0	0
5- As escolas deste agrupamento apresentam um ensino de qualidade.	19	23,2%	34	41,7%	20	24,4%	7	8,5%	2	2,4%	0	0

82 inquéritos

